

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

CLARIANA PINTO OLIVEIRA

**Políticas de Estado e o grande capital na Amazônia:
o caso da mineração no Pará**

Florianópolis, julho 2008.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**“Políticas de Estado e o grande capital na Amazônia:
o caso da mineração no Pará”**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária para a disciplina CNM 5420- Monografia.

Por: Clariana Pinto Oliveira

Orientador: Prof.Armando Melo Lisboa

Área de pesquisa: Economia Regional

Palavras chaves: 1- Amazônia

2- Políticas de Estado

3- Grande Capital

4- Setor Mineiro-Metalúrgico.

Florianópolis, julho 2008.

CLARIANA PINTO OLIVEIRA

**“Políticas de Estado e o grande capital na Amazônia:
o caso da mineração no Pará”**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 10 para a aluna Clariana Pinto Oliveira na disciplina CNM 5420 - Monografia (TCC), pela apresentação deste trabalho.

Florianópolis, 08 de julho de 2008.

Banca Examinadora:

Presidente: Prof. Armando Melo Lisboa

Membro: Valdir Alvin da Silva

Membro: José Antônio Martins

**Dedico este trabalho aos meus avós,
Edith e José Alberto (*in memoriam*).**

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente aos meus pais, Jocelina e Helio, por terem me proporcionado a oportunidade de realizar o sonho de estudar em uma universidade federal. Porém, mais do que agradecê-los pelo suporte financeiro, agradeço pelas chances que tive, de na Ilha de Santa Catarina, viver novas experiências e conhecer pessoas de quem nunca esquecerei, são elas os grandes amigos Pedro, João, Fabiano, Rafaela e todo o pessoal do “sarcófago” do Córrego Grande. Mas a pessoa mais especial que pude conhecer foi o meu querido esposo Samuel, a quem agradeço pela paciência e companheirismo em todos os momentos. Essas pessoas são importantes, pois colaboraram para que o meu período em Florianópolis fosse mais fácil e melhor.

Agradeço ao meu orientador, o professor Armando Lisboa, pela atenção e por compartilhar comigo suas experiências na Amazônia, e me estimular a descobrir um pouco mais de uma região tão intrigante. Obrigada pelo apoio e confiança no meu trabalho.

Não posso esquecer de agradecer as famílias Hahn e os Rebechi, pelo carinho e atenção. Também sou muito grata a Maria das Graças Pacheco, pela generosidade e confiança.

*Era uma vez na AMAZÔNIA, a mais bonita floresta
mata verde, céu azul, a mais imensa floresta
no fundo d'água as IARAS, caboclo lendas e mágoas
e os rios puxando as águas.*

*PAPAGAIOS, PERIQUITOS, cuidavam das suas cores
os peixes singrando os rios, Curumins cheios de amores
sorria o JURUPARI, URAPURU, seu porvir
era: FAUNA, FLORA, FRUTOS E FLORES.*

*Toda mata tem caipora para a mata vigiar
veio CAIPORA de fora para a mata definhar
e trouxe DRAGÃO-DE-FERRO, prá comer muita madeira
e trouxe em estilo gigante, prá acabar com a capoeira.*

*Fizeram logo o projeto sem ninguém testemunhar
prá o dragão cortar madeira e toda mata derrubar:
se a floresta meu amigo tivesse pé prá andar
Eu garanto meu amigo, com o perigo não tinha ficado lá.*

*O que se corta em segundos gasta tempo prá vingar
e o fruto que dá no cacho prá gente se alimentar??
depois tem passarinho, tem o ninho, tem o ar
IGARAPÉ, rio abaixo, tem riacho e esse rio que é um mar.*

*Mas o DRAGÃO continua a floresta devorar
e quem habita essa mata prá onde vai se mudar??
Corre ÍNDIO, SERINGUEIRO, PREGUIÇA, TAMANDUÁ
TARTARUGA, pé ligeiro, corre-corre TRIBO DOS KAMAIURA.*

*No lugar que havia mata, hoje há perseguição
grileiro mata posseiro só prá lhe roubar seu chão
castanheiro, seringueiro já viraram até peão
afora os que já morreram como ave-de-arribação
Zé da Nana tá de prova, naquele lugar tem cova
gente enterrada no chão:*

*Pois mataram índio que matou grileiro que matou posseiro
disse um castanheiro para um seringueiro que um estrangeiro
ROBOU SEU LUGAR.*

*Foi então que um violeiro chegando na região
ficou tão penalizado e escreveu essa CANÇÃO e talvez,
desesperado com tanta DEVASTAÇÃO
pegou a primeira estrada sem rumo, sem direção
com os olhos cheios de água, sumiu levando essa mágoa
dentro do seu CORAÇÃO.*

*Aqui termina essa história para gente de valor
Prá gente que tem memória muito crença muito amor
Prá defender o que ainda resta sem rodeio, sem aresta
ERA UMA VEZ UMA FLORESTA NA LINHA DO EQUADOR.*

RESUMO

OLIVEIRA, C. P. **Políticas de Estado e o grande capital na Amazônia: o caso da mineração no Pará**. 65 f. Monografia- Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

O Estado brasileiro teve papel crucial na penetração do grande capital na região amazônica. Esse processo de ocupação/integração econômica ocorreu amparado por políticas públicas, que respeitavam a lógica de interesses exógenos a região. A intensificação da penetração do capital na Amazônia se deu principalmente a partir da década de 70, no contexto das duas crises energéticas do petróleo. Com isso, a área deixa a condição de reserva de recursos para tornar-se de fato fonte de mercadorias estratégicas para exploração. A reestruturação produtiva promovida pela crise, levou à Amazônia, sobretudo ao estado do Pará, empresas atraídas pelas importantes jazidas de minerais metálicos e fontes baratas de energia. Incentivos fiscais e financeiros fornecidos pelo Estado brasileiro também foram elementos de atração para essas empresas. Apesar de todos os estímulos dados pelos Governos ao setor mineiro-metalúrgico, ele tem se mostrado pouco eficiente na promoção de efeitos benéficos para a região. Nesse sentido, este trabalho busca caracterizar as políticas públicas realizadas na Amazônia e descrever o processo de penetração do grande capital nessa área, bem como, observar a capacidade do setor mineral de criar dinâmicas econômicas sustentáveis para a região.

Palavras chaves: Amazônia; políticas de Estado; grande capital; setor mineiro-metalúrgico.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1: Amazônia de periferia do Brasil ao centro do continente.....	17
Figura 2: Principais projetos de infra-estrutura do Programa Avança Brasil na Amazônia e no Pantanal.....	18
Figura 3: Investimentos em infra-estrutura do PAC para a região amazônica.....	19
Figura 4: Investimentos previstos no Pará até 2011.....	39
Figura 5: Gráfico desempenho do emprego com carteira assinada por setor de atividade 2007 no Pará.....	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Índice de desenvolvimento humano IDH- 1970/1980/1990/2000- Oriximiná.....	28
Tabela 2: Principais projetos minero-metalúrgicos instalados 1996-99- Oriximiná.....	29
Tabela 3: Índice de desenvolvimento humano IDH- 1970/1980/1990/2000- Barcarena.....	31
Tabela 4: Principais projetos minero-metalúrgicos instalados 1996-99- Barcarena.....	31
Tabela 5: População segundo situação da unidade domiciliar 1980/91/96-07- Barcarena.....	32
Tabela 6: Índice de Índice de desenvolvimento humano IDH- 1970/1980/1990/2000- Parauapebas.....	35
Tabela 7: Principais projetos minero-metalúrgicos instalados 1996-99- Parauapebas.....	36
Tabela 8: Investimentos previstos até 2012 para o Estado do Pará.....	38
Tabela 9- Contribuição do Grupo CVRD no Pará, antes e depois da Lei Kandir.....	41
Tabela 10: Principais municípios arrecadadores de CFEM no Pará.....	42
Tabela 11: Repasse de ICMS dos municípios do Pará 2007.....	42
Tabela 12: Evolução do emprego formal 2001 a 2008 atividade extrativa mineral.....	43

LISTA DE SIGLAS

- ALBRÁS-** Alumínio Brasileiro S/A
- ALCAN-** Aluminium Limited of Canada
- ALCOA-** Aluminium Company of America
- ALUNORTE-** Alumina do Norte do Brasil S/A
- BASA-** Banco da Amazônia
- CADAM-** Caulim da Amazônia
- CAETA-** Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia
- CAEMI-** Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração
- CCM-** Camargo Correia Metais
- CETEM-** Centro de Tecnologia Mineral
- CFA-** Companhia de Ferroligas do Amapá
- CFEM-** Compensação Financeira Exploração Mineral
- CVRD-** Companhia Vale do Rio Doce
- DNPM-** Departamento Nacional de Produção Mineral
- ELETRONORTE-** Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A
- FINAM-** Fundo de Investimento da Amazônia
- FINAME-** Financiamento de Máquinas e Equipamentos
- FINOR-** Fundo de Investimento do Nordeste
- IBGE-** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBRAM-** Instituto Brasileiro de Mineração
- ICMS-** Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- ICOMI-** Indústria e Comércio de Minérios S.A
- MRN-** Mineração Rio do Norte
- MSL-** Mineração Santa Lucrecia Minerais S.A
- NAEA-** Núcleo de Altos Estudos da Amazônia
- NAAC-** Nippon Amazon Aluminum Corporation
- PAC-** Programa de Aceleração do Crescimento
- PAS-** Programa Amazônia Sustentável
- PND-** Programa Nacional de Desenvolvimento
- PIN-** Programa de Integração Nacional
- PGC-** Projeto Grande Carajás
- PPA-** Plano Plurianual

POLAMAZÔNIA- Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PROTERRA- Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

RADAM- Radar na Amazônia

SEPOF- Secretaria do Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças

SEMTA- Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores

SIPAM- Sistema de Proteção da Amazônia

SIVAM- Sistema de Vigilância da Amazônia

SPVEA- Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM- Superintendência para Desenvolvimento da Amazônia

SUFRAMA- Superintendência da Zona Franca de Manaus

TIAR- Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

ZFM- Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

RESUMO.....	<i>i</i>
LISTA DE ILUSTRAÇÃO.....	<i>ii</i>
LISTA DE TABELAS.....	<i>ii</i>
LISTA DE SIGLAS.....	<i>iii</i>

1. O PROBLEMA DE PESQUISA

1.1 Introdução.....	2
1.2 Objetivos.....	2
1.2.1 Objetivo Geral.....	2
1.2.2 Objetivos específicos.....	2
1.3 Metodologia.....	2

2. PANORAMA REGIONAL DA AMAZÔNIA COMO ÁREA DE IMPORTÂNCIA ECONÔMICA E SOCIAL PARA O BRASIL E O MUNDO.

2.1 Economia e seus principais setores.....	5
2.1.1 Setor agropecuário.....	5
2.1.2 Setor florestal: extração de madeira e extrativismo.....	7
2.1.3 Setor industrial: Zona Franca Manaus.....	8
2.2 Sociedade: mosaico ético-cultural.....	8

3. POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA.

3.1 A economia da borracha.....	10
3.2 Outras inserções da Amazônia.....	12
3.3 Os militares e a Amazônia.....	12
3.4 fim da ditadura militar e os rumos da Amazônia.....	15

4.A MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA ORIENTAL E A SUA CONCENTRAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ.

4.1 A mineração até a década de 90 e os principais projetos instalados no Pará.....	21
4.1.1 A exploração da bauxita da região do Trombetas.....	26

4.1.2 Projeto ALBRÁS e ALUNORTE.....	29
4.1.3 O Programa Grande Carajás.....	32
4.2 Mudanças no papel do Estado e suas repercussões na mineração paraense.....	36
4.3 Resultados econômicos da mineração no Pará.....	39
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45
ANEXO.....	49

1. O PROBLEMA DE PESQUISA

1.1 Introdução

A dinâmica de acumulação do modo de produção capitalista, ao longo de sua expansão tem promovido transformações sociais e ambientais que estão causando fortes impactos sobre a sociedade e no planeta. Nesse contexto, a floresta amazônica tem sido tema recorrente nas discussões sobre políticas e ações para a promoção da preservação da natureza. Entretanto, ao mesmo tempo em que a Amazônia se apresenta como fator chave de sustentabilidade do planeta, também assume o papel de fronteira de recursos fundamentais à expansão do sistema capitalista. Jazidas minerais e fontes energéticas abundantes na região, passam a ganhar destaque internacional, mas isso é apenas parte de um patrimônio ainda desconhecido. Graças a esse duplo papel, o de reserva natural fundamental para o planeta, e o de fronteira econômica do capitalismo, a Amazônia tem se tornado palco de diversos interesses.

A partir da segunda metade da década de 70 na Amazônia, em sua parte oriental, mais precisamente no estado do Pará, os interesses do grande capital, auxiliado pelo Estado brasileiro, vêm se concretizando na forma de grandes projetos. Nesse trabalho, me proponho a pesquisar os projetos do setor mineiro-metalúrgico implantados na região do Pará. O ponto central desse estudo é ação do Estado como agente promotor da entrada de grandes empresas de mineração na Amazônia em um contexto de reestruturação produtiva e a avaliação dos resultados dessas políticas do Estado em conjunto aos capitais privados para a região.

Hoje o Pará vive novamente um momento de expectativas em torno das atividades do setor mineral, revivendo a agitação das décadas de 70 e 80, período em que os grandes empreendimentos mineiro-metalúrgicos começaram a se instalar. Atualmente os preços das commodities minerais estão crescendo, internamente como resultado da estabilidade econômica, mas são estimulados principalmente pelo crescimento da demanda chinesa. Aproveitando a conjuntura positiva, novos investimentos para o setor mineral estão previstos para até 2012 no Estado paraense. Isto significa um grande volume de capital estatal e privado, que podem vir a ser instrumentos de promoção de melhorias. Entretanto, para que isso aconteça é preciso que os novos investimentos não sigam os exemplos do passado, com risco de desencadear no futuro fortes conflitos sócio-ambientais.

A questão da mineração na Amazônia ainda exige muitas pesquisas, pois é necessário conhecer seus impactos, muitos deles já observáveis resultantes dos antigos projetos, e diagnosticar os possíveis problemas que os novos empreendimentos poderão causar na região,

bem como oferecer sugestões de ação. A Amazônia é tema bastante produtivo e ainda necessita de muitos estudos, como forma de conhecer melhor seu imenso potencial e valorizá-lo. Como o objeto de discussão deste trabalho é bastante fértil, não é meu objetivo nesta pesquisa esgotá-lo. Portanto, delimitamos como objeto de pesquisa o papel do Estado brasileiro para a entrada do grande capital no Pará, na forma de empresas mínero-metalúrgicas.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Este trabalho tem como objetivo geral descrever as políticas de Estado direcionadas a promover a ocupação da Amazônia e a penetração de grandes grupos ligados principalmente ao setor mínero-metalúrgico, bem como identificar seus impactos sócio-ambientais no Estado do Pará.

1.2.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos são:

- I- Caracterizar as políticas de ocupação e promoção socioeconômicas da região amazônica, desenvolvidas pelo Estado brasileiro até os dias atuais.
- II- Descrever o processo de penetração de grandes empresas do setor de mineração no Pará, principalmente a partir da primeira crise do petróleo.
- III- Observar, à luz do marco teórico, algumas conseqüências da implantação do setor mínero-metalúrgico para os municípios que estão sobre a área de influência das empresas.

1.3 Metodologia

Podemos caracterizar essa pesquisa como sendo de caráter descritivo/explicativo, pois na primeira etapa da pesquisa será apresentada a região amazônica como área de importância global. Na segunda etapa serão apresentadas as principais políticas de Estado para ocupação/integração da região dentro de um processo de reestruturação produtiva da economia capitalista. Depois serão apresentados os principais projetos mínero-metalúrgicos instalados no estado do Pará, bem como alguns de seus impactos.

O início da investigação deu-se com uma busca por material bibliográfico relacionado aos empreendimentos minero-metalúrgicos localizados no Pará. Apesar de ser um assunto de interesse nacional, por se tratar da exploração de recursos não renováveis e estratégicos para a nação, ainda mais em uma área de importância como a Amazônia, percebi que a bibliografia relacionada ao tema era muito restrita. Os principais trabalhos encontrados foram produzidos pelo Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA), e alguns deles se constituíram como as principais fontes da pesquisa.

Dessa maneira, com base no marco teórico foi possível notar que o Estado brasileiro teve forte atuação como agente promotor da entrada do grande capital na Amazônia brasileira. Portanto, para delinear a ação do Estado, além dos recursos bibliográficos do NAEA, também foram utilizadas fontes primárias, tais como discursos presidenciais e documentos oficiais.

Na fase de análise sobre os resultados do setor minero-metalúrgico, foram coletados dados do DNPM referentes à tributação da atividade, as análises feitas sobre os índices de desenvolvimento de alguns municípios onde a mineração atua, foram realizadas com base nos dados do PNUD, da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF-PA) e da Secretaria de Estado da Fazenda (SEPA-PA).

O material bibliográfico me deu uma base histórica e contextual sobre o assunto, mas a experiência de estar vivendo no Pará e o convívio com sua população, me permitiram aprofundar a compreensão sobre as relações sociais lá estabelecidas e a atuação do Estado nos órgãos burocráticos da região, além de outros nuances importantes para a compreensão da realidade regional, possíveis apenas com a interação ao local e a sua comunidade.

2- PANORAMA DA REGIÃO AMAZÔNICA COMO ÁREA DE IMPORTÂNCIA ECONÔMICA E SOCIAL.

A Amazônia possui um patrimônio natural, social e cultural que lhe confere uma identidade singular no Brasil e no mundo. Esse complexo não se apresenta de modo monolítico, é a sua heterogeneidade natural e social que a torna única e indispensável sob diversos aspectos à sociedade global.

Conforme o Plano Amazônia Sustentável (PAS) (BRASIL, 2004)¹, a bacia amazônica ocupa uma área de 7,01 milhões de km² sendo 64,9%, isto é, 4,55 milhões de km² em território brasileiro o que representa cerca de 53 % do território nacional, se considerarmos a área da Amazônia Legal, a região amazônica passa a representar 61% do território do Brasil. A floresta e o seu sistema fluvial possuem uma contigüidade, ligando o Brasil, a Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. Portanto, é um importante instrumento geopolítico de integração nessa região da América do Sul. Com o intuito de promover a integração entre os países amazônicos, foi criada em 1978 a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), tratado do qual a Guiana Francesa não faz parte. Além do papel político a Amazônia apresenta potencialidades naturais que a coloca em posição de destaque mundial, o PAS lista o patrimônio natural amazônico em:

Patrimônio biológico. A Amazônia abriga um terço das florestas tropicais úmidas do planeta, que concentram cerca de 30% da diversidade biológica mundial e apresentam imenso potencial genético, princípios ativos de inestimável interesse econômico e social e oferta de produtos florestais com alto valor no mercado. [...] Seus habitantes acumularam conhecimento singular sobre suas características e seu funcionamento. Assim, o patrimônio biológico representa grande potencial ecológico, econômico e político, de importância estratégica regional, nacional e internacional.

Hidrografia. A bacia hidrográfica Amazônica em território brasileiro estende-se por mais de 4,5 milhões de km² e reúne mais de 1.100 afluentes. Pela bacia do rio Amazonas flui cerca de 20% da água doce não congelada do planeta, recurso cada vez mais escasso, e 80% da água disponível no território brasileiro. O potencial hidrelétrico é fundamental para o País. A bacia dispõe, ainda, de vastos recursos pesqueiros e potencial excepcional para a aqüicultura.

Pedologia. A Amazônia possui mais de quinhentos milhões de hectares de solos com aptidão agrícola variada, cerca de um oitavo dos quais em uso.

Geologia. A Amazônia possui um subsolo com gigantescas reservas de minérios tradicionais em exploração (ferro, bauxita, ouro, cassiterita e manganês) e ocorrências de minérios com potencial para novas aplicações

¹ Plano Amazônia Sustentável (PAS) é um programa do Governo Federal voltado para desenvolver atividades econômicas capazes de dinamizar a economia da Amazônia Legal e faz parte do Plano Plurianual 2004-2007(PPA). A sua abrangência territorial, corresponde à Amazônia Legal, que inclui os estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) mais os estados do Mato Grosso e Maranhão.

tecnológicas (nióbio, titânio). Os limites ou condicionantes ao desenvolvimento sustentável são o outro lado da moeda desses potenciais. [...] A própria abundância de recursos favorece sua exploração insustentável e o isolamento dificulta a integração econômica, social e política. (BRASIL, 2004, p.19).

Diante de todas essas possibilidades de exploração a região amazônica foi, e é alvo de diversos interesses. Isto pode ser notado ao longo de sua história ao se observar como ocorreu o processo de ocupação e exploração da região e o modo como ela foi inserida no cenário global.

Para compreender a floresta tropical úmida como área de grande importância ambiental, econômica, social e científica para o planeta e os vários interesses que cercam a Amazônia transformando-a em zona de conflito, é preciso conhecer um pouco de sua história, sua estrutura econômica, seu povo e o modo como essa região foi inserida na economia nacional e global.

2.1 - Economia e seus principais setores.

Nas últimas décadas o desempenho econômico da região amazônica como um todo tem crescido, refletindo principalmente os investimentos públicos no complexo de Carajás no Pará, a Zona Franca de Manaus e ao crescimento do agronegócio na produção de grãos, especialmente no Mato Grosso e em menor parte em Rondônia, Pará, Tocantins e Maranhão. O crescimento econômico começou partir dos anos setenta e desde a década de oitenta o PIB vem crescendo relativamente mais rápido do que a média nacional. Entretanto, por mais que os resultados econômicos avaliados isoladamente apresentem resultados positivos, uma análise mais profunda desse modelo de crescimento demonstra que ele tem provocado o aumento da dependência externa, a predação ambiental e a superexploração do trabalhador local.

2.1.1-Setor agropecuário.

Conforme o PAS, em 2005 existiam cerca de 6,9 milhões de hectares de terras produtivas não utilizadas. Não obstante essa extensão de terras, novas áreas foram devastadas

para permitir a expansão da agricultura nos últimos anos. Até o fim dos anos 60 a atividade limitava-se as localidades circunscritas ao território do Maranhão e ao leste do Pará com o cultivo de arroz e milho. A partir da década de 80 o principal produto de cultivo passou a ser a soja, tendo como característica a produção empresarial com o uso intensivo de tecnologia com altos níveis de produção. A agroindústria da soja concentra-se principalmente no Mato Grosso, secundariamente no Maranhão, Tocantins, Rondônia e Pará, em escala menor, nos lavrados de Roraima. Na produção familiar ocorre a predominância do cultivo de produtos de consumo corrente como, a mandioca, o milho, o feijão e o arroz e em menor escala, a banana, o café e o cacau.

Conforme o último Censo Agropecuário do IBGE (1996) existia na região amazônica 541.561 estabelecimentos agropecuários, o que corresponde a 23,7% da área total da região. Os estabelecimentos contabilizados representavam 15,2% dos existentes no Brasil, e em área ocupada representava 34,2% do total nacional. Na área amazônica os estabelecimentos com até 50 hectares representavam 11,2% do total nacional de estabelecimentos do mesmo porte, já aqueles com dimensão entre 2.000 e 10.000 hectares representavam 49,5%, e os com área maior a 10.000 hectares correspondiam a 70,7% do total de propriedades nacionais com as mesmas dimensões. Podemos inferir com base nesses dados que na região predominam latifúndios.

Eram ocupadas com lavouras na Amazônia 4,8% dos estabelecimentos, o que era 5,75 milhões de hectares, dos quais 4,77 milhões de hectares eram ocupados por lavouras temporárias e 980 mil hectares com lavouras permanentes, existia 6,89 milhões de hectares de terras produtivas não utilizadas. Voltadas para a área de pastagem existiam 51,15 milhões de hectares, isto representa 42,3% da área dos estabelecimentos, sendo que 18,22 milhões eram pastos naturais e 32,93 milhões eram plantadas. As terras improdutivas totalizavam 3,5% da área total dos estabelecimentos.

Ainda segundo a pesquisa de 1996, o IBGE constatou que aproximadamente 1,2 milhão de km², isto é, 24% das terras privadas da região amazônica possuíam 42% de suas áreas destinadas a pecuária. Em 2004 o rebanho da região representava 35% do rebanho total nacional. Os baixos preços das terras, e ainda a possibilidade de venda da madeira extraída para dar espaço à pastagem tem atraído muitos imigrantes, principalmente do Sul do Brasil. (TORRES, 2005).

A soja possui uma estreita relação com a pecuária, se expandindo para o médio amazonas paraense com plantadores vindos do Sul ou do Centro Oeste. O crescimento da área plantada é intenso, favorecido pelas condições naturais e logísticas de escoamento da região,

na cidade de Santarém, no oeste do Pará, a empresa Cargill possui um porto para escoamento da soja produzida naquela região.

Conforme o PAS a produção tecnificada da soja em conjunto com a atividade de pecuária extensiva estão pressionando a floresta. Além dos impactos naturais, ambas as atividades estão se mostrando incapazes de dinamizar a economia local e promover um aumento na qualidade de vida de suas populações. Existem dúvidas sobre a sustentabilidade ambiental e social desse modelo de produção de grãos e de pecuária, uma vez que, tem provocado a expulsão de produtores familiares e a ampliação de tensões fundiárias nas regiões da Amazônia nos locais em que são implantadas essas atividades.

Na região, a produtividade dos pastos declina rapidamente, de modo que a lucratividade geral, que depende da extensão dos pastos, depende do preço da terra. Avanços tecnológicos recentes aumentaram a produtividade da pecuária em algumas áreas da Amazônia, notadamente no sul e leste do Pará, demonstrando o seu potencial de rentabilidade econômica independente de subsídios governamentais. Entretanto, a maior parte da pecuária regional ainda apresenta baixos níveis de desempenho em termos de produtividade e geração de empregos. (BRASIL, 2004, p. 32).

2.1.2 Setor Florestal: extração de madeira e extrativismo

Conforme o PAS, o Brasil é o maior produtor e consumidor mundial de bens da floresta tropical. Vários setores estratégicos da economia se baseiam na exploração da região da floresta, é o caso da indústria da celulose, a siderurgia e a construção civil.

A extração regional da madeira em tora em 2003 contabilizou um total de 17,04 milhões m³, o que foi 82,5% da produção nacional. Os principais Estados extratores são o Pará com 10,84 milhões de m³, o Mato Grosso com 2,60 milhões de m³ e Rondônia 1,77 milhões m³. A atividade madeireira é na maioria dos casos realizada de modo predatório e tem seguido a tendência de penetrar na Amazônia devido à exaustão nas áreas de exploração mais antigas.

A floresta guarda muito potencial de exploração, os principais produtos de consumo nacional são o guaraná, o palmito, frutas tropicais, como o cupuaçu e o açaí, diversos fitoterápicos e artesanatos. Voltados para o comércio exterior estão a castanha, o guaraná, marfim vegetal, como é conhecida a jarina; princípios ativos do jaborandi, e matérias-primas para perfumes como o pau-rosa e óleos vegetais.

A exploração dos recursos em termos de impacto financeiro global é restrito, mas as atividades extrativistas possuem grande importância para as comunidades ribeirinhas, caboclos, quilombolas e índios da região, pois o uso de produtos florestais é fundamental para a sobrevivência de populações tradicionais, representando atividades indissociáveis não apenas da alimentação dos grupos tradicionais, mas também ligadas aos seus próprios modos de vida. Ainda que a participação dessas atividades no montante da economia nacional sejam pouco significativas, promovem modos sustentáveis de produção compatíveis com a realidade sociocultural e ambiental da Amazônia. Desse modo, os benefícios não devem ser observados apenas do ponto de vista financeiro.

2.1.3. Setor Industrial: Zona Franca de Manaus

O setor industrial na Amazônia Legal começou a se desenvolver recentemente. Nos anos 60 restringia-se no ramo da indústria de alimentos, têxtil, florestal e construção civil. Com incentivos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e SUDAM foram implantados projetos de diversificação do parque industrial regional, concentrado principalmente no Amazonas, no Pólo Industrial de Manaus (PIM), com destaque o segmento eletrônico, sendo o maior produtor nacional de aparelhos de telefone celular, TV, aparelhos de CD e equipamentos de informática. A permanência do Pólo Industrial de Manaus está sendo garantida até 2023, de acordo com a reforma tributária aprovada no Congresso Nacional.

A região é caracterizada pela grande desconexão entre a indústria e a produção primária. Com exceção da madeira, só uma pequena parte da produção vegetal e animal passa por algum tipo de beneficiamento industrial.

2.3 – Sociedade: mosaico étnico-cultural

As transformações econômicas estão provocando mudanças na estrutura social amazônica, tendo como marca principal o aumento da desigualdade social. Entretanto, além dos conflitos de origem econômica a região também enfrenta problemas de ordem sócio-cultural, visto que é a região que possui a maior diversidade étnica no país.

O mosaico étnico-cultural da Amazônia agrupa desde grupos que ainda não entraram em contato com os brancos, a remanescentes de quilombos, caboclos e migrantes. A grande parte da população é formada por descendentes de imigrantes nordestinos que chegaram no auge da borracha ou no período militar devido aos projetos de assentamentos, uma parcela grande da população se formou a partir da miscigenação desses migrantes com os índios. Nas últimas décadas, tem aumentado o número de imigrantes vindos especialmente da região sul do país, atraídos pela possibilidade de aquisição de terras mais baratas do que em suas regiões de origem e pela expansão da fronteira agrícola produtiva de soja e da pecuária. As políticas de atração populacional, do modo que foram estruturadas em muitos casos promoveram choques entre as populações tradicionais e os imigrantes.

[...] a ocupação da Amazônia desconsiderou também a presença centenária de um campesinato tradicional cujas terras e recursos concebidos como uso comum estavam fundados em sistemas agroflorestais, nos quais se incluía a coleta de castanha e de seringa, a pesca e a caça. Os primeiros impactos das frentes de expansão incidiram sobre esses grupos, quase exterminando-os ou expulsando-os mais para frente (na mata) ou para as cidades. (TORRES, 2005, p. 163).

Configuram-se como riquezas da Amazônia não apenas seus bens materiais, mas também deve ser considerado como riqueza regional a cultura e os saberes de seu povo, uma vez que são elementos imprescindíveis para melhor conhecimento e uso da floresta. Por isso, também precisam ser preservados, correndo-se o risco de perdas irreparáveis para a espécie humana.

É preciso existir uma coerência entre o modelo econômico e o sistema social, pois a identidade étnico-cultural de um povo é responsável pelo modo como esse povo interage como o mundo, isto é, como as pessoas interagem entre si e com a natureza.

3- AS POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA.

3.1 A economia da borracha

No fim do século XIX a economia amazônica, em especial a região do Baixo Amazonas (Pará), viveu um rápido surto de desenvolvimento econômico promovido pela extração da borracha, voltada ao abastecimento da nascente indústria automobilística. Tendo o Brasil a maior reserva mundial de seringueiras, viu nessa atividade uma perspectiva econômica, e por quase 30 anos a borracha foi o segundo produto de exportação brasileira, atrás apenas do café. A riqueza gerada pela borracha era concentrada nas mãos dos comerciantes e donos dos seringais, mas o principal favorecido foi o capital financeiro inglês. Ao país coube apenas a função de produzir a matéria-prima, pois todo o negócio da borracha, desde o financiamento, o comércio e até o consumo do produto industrializado não beneficiaram o Brasil, e menos ainda a região produtora. A passagem de Caio Prado Júnior é bastante ilustrativa para compreender a economia da borracha na Amazônia:

Uma vida ativa animara o grande rio, e suas margens tinham pela primeira vez conhecido o deslumbramento da riqueza e da prosperidade. Prosperidade de aventureiros que dissipavam a largas mãos, em despesas suntuárias, uma fortuna rápida e facilmente adquirida. [...] Enquanto a massa da população, os trabalhadores dos seringais, dispersos e isolados, se aniquilavam nas asperezas da selva e na dura tarefa de colher a goma, os proprietários dos seringais, os comerciantes e toda esta turbamalta marginal e parasitária de todas as sociedades deste tipo, se rolavam nos prazeres fáceis das cidades, atirando a mancheias o ouro que lhes vinha tão abundante da mata. A riqueza canalizada pela borracha não servirá para nada de sólido e ponderável. (PRADO, 1985, p. 240).

O modo tradicional de produção da borracha no Brasil não conseguiu atender a demanda crescente da indústria fordista, sementes de seringueiras foram contrabandeadas e plantadas na Ásia para permitir uma produção mais elaborada, e assim atender a necessidade da indústria automotiva. Assim, a partir de 1910 os preços da borracha sofreram uma queda acentuada levando a uma decadência na economia da região, provocando inclusive uma redução populacional no período entre 1920-40 (LÔBO, p.83, 1996). Para tentar recuperar a economia gomífera, o presidente Hermes da Fonseca implantou o Plano de Defesa da Borracha, que durou entre 1912 a 1914, mas que não logrou seu objetivo.

A economia da borracha só foi reativada no âmbito da Segunda Guerra Mundial, como a produção asiática estava sob domínio japonês a falta de látex seria um grave problema para a indústria bélica dos aliados, desse modo a borracha amazônica passou a ser estratégica. Para garantir o fornecimento do látex aos aliados o presidente Vargas entra na chamada

“Batalha da Borracha”, promovida pela assinatura dos Acordos de Washington em 1942 e se estendeu até 1947. Desse modo, para promover a produção do látex foi criado o Banco de Crédito da Borracha e o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores (SEMTA), que era responsável por arregimentar trabalhadores, também com esse sentido foi criada a Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA). (LOBO, 1996, p. 83); (MONTEIRO; COELHO, 2004, p.97).

O período em que a economia da borracha esteve em crescimento, promoveu um elevado crescimento populacional na região Norte, em 1872 os habitantes da região eram cerca de 332.847 habitantes, já em 1920 eram 1.439.052, correspondendo sobretudo nordestinos, principalmente cearenses. Estes migrantes dirigiram-se principalmente para os vales dos rios Juruá, Purus, Madeira, Tapajós e Xingu (MONTEIRO; COELHO, 2004 p. 96).

Na tentativa de fugir do monopólio inglês do látex asiático, Henry Ford cria em 1927 a Companhia Ford Industrial do Brasil, para garantir a produção de pneus para seus automóveis. A empresa recebeu a concessão de cerca de um milhão de hectares de terras devolutas nos municípios de Aveiro e Itaituba, no Estado do Pará às margens do Rio Tapajós. Assim, surgia Fordlândia, uma *company-town* construída com materiais vindos dos Estados Unidos e seguindo seus moldes.

Ao contrário da produção já existente na região, em Fordlândia a plantação das seringueiras ocorreu de modo planejado e mais elaborado, para tentar atender a demanda industrial. Outra diferença era a forma de pagamento dos seringueiros, que recebiam a remuneração em dinheiro, nos outros seringais o pagamento era realizado pelo sistema de “aviamento” ou “barracão”, no qual o trabalhador trocava a borracha colhida pelos gêneros de consumo corrente que necessitava.

Os seringais de Fordlândia foram atingidos pelo mal-das -folhas, doença que provoca a redução da produção do látex. Por isso, em 1934 a Companhia de Ford recebe nova concessão de terras, agora na cidade de Belterra, próxima a Santarém. Em Belterra também foi construído um núcleo urbano para os funcionários e suas famílias nos moldes das cidades dos Estados Unidos.

Em 1945 como fim da Segunda Guerra, com o surgimento de novas possibilidades de produção de borracha sintética e a opção pela especialização de Ford na produção automobilística, a empresa devolve as concessões ao governo e recebe o pagamento de uma indenização pelas benfeitorias realizadas. Para a região ficaram apenas as lembranças dos “tempos dos americanos” e as construções inspiradas na arquitetura dos Estados Unidos. (LOURENÇO, 2006).

3.2 Novas inserções da Amazônia

Para tentar acabar com a dependência amazônica em relação à borracha, o Governo Dutra cria em 1946, como parte do Plano SALTE, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). A nova Constituição determinava que 3% da receita tributária federal, por um período de vinte anos, deveria ser usada pela SPVEA em projetos de desenvolvimento da Amazônia, mas o fundo orçamentário previsto nunca foi cumprido. Apenas em 1953, já no segundo governo de Vargas, é que o congresso aprova a lei de regulamentação da superintendência. Esse dispositivo legal delimitou a área de atuação que seria de responsabilidade da SPVEA, incorporando à Amazônia Brasileira o Estado do Maranhão (oeste do meridiano 44°), o Estado de Goiás (norte do paralelo 13° de latitude sul, atualmente Estado de Tocantins) e Mato Grosso (norte do paralelo 16° latitude sul), criando assim a Amazônia Legal, fruto de um conceito político e não apenas geográfico para planejar e promover o desenvolvimento regional amazônico.

O governo de Juscelino Kubitschek continuou com uma política voltada para a integração da região amazônica ao resto do país. No âmbito do Plano de Metas, surgem as rodovias Belém-Brasília e Cuibá-Porto Velho, que se configurariam nas décadas seguintes importantes eixos de ocupação da Região Norte (ARBEX, 2005, p. 34). A criação dessas rodovias está relacionada à integração da Amazônia ao processo de acumulação de capital da região Centro-Sul brasileira.

O novo padrão de acumulação, com base no controle do processo de acumulação em nível nacional pela burguesia do Centro-sul, resultou numa migração de capitais do centro à periferia. Sob a ótica da última, isto significa que os novos empreendimentos pouco ou nada tinham a ver com a dinâmica da acumulação do capital regional então existente, deslocado para segundo plano pela burguesia local. (LOBO, 1996, p. 86).

3.3 Os militares e a Amazônia

Em 1964 por um golpe de Estado os militares derrubam o presidente João Goulart e assumem o poder. A primeira ação dos militares voltada para a Amazônia foi em 1966, a “Operação Amazônia”, que representou a criação de leis e instituições voltadas para intensificar a ação do Estado na integração econômica e na defesa das zonas de fronteira amazônica.

Dentro da “Operação Amazônia” surgem a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), substituindo a SPVEA, o Banco de Crédito da Borracha transforma-se

em Banco da Amazônia (BASA), incentivos fiscais também foram desenvolvidos para atrair investimentos. Em 1967 é instituída a Zona Franca de Manaus (ZFM). O novo modelo de planejamento regional da SUDAM foi profundamente transformado em relação ao da antiga SPVEA.

A transformação da SPVEA em SUDAM, em 1967, teve assim como pressuposto, a urgência de colocar em prática um modelo racional, burocrático, que fosse capaz de assegurar uma outra composição de forças. Fica bem visível na própria estrutura da SUDAM, particularmente em seu Conselho Deliberativo, o esvaziamento das representações de Estados, territórios e municípios da região. Em contrapartida, estes estão sendo substituídos por representantes de órgãos do poder central vinculados aos Ministérios. Deliberação que foi decisiva na estratégia de afastamento das esferas de poder que poderiam reivindicar espaços no processo de tomada de decisão (CASTRO; MARÍN, 1986/1987, p. 9).

A SUDAM passou a ser desvinculada do poder legislativo e era subordinada ao Ministério do Interior, assumindo assim um planejamento centralizado. As ações eram direcionadas prioritariamente para setores de grande capital, nacional ou não e pela militarização do planejamento regional, assentados no binômio segurança e desenvolvimento. (LÔBO, 1996, p. 88).

As políticas para a Amazônia, desenvolvidas no período do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) (1972-1974) foram, o Programa de Integração Nacional (PIN), que se articulava ao Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA). O objetivo desses dois programas era ocupar as regiões que os militares consideravam vazios demográficos na Amazônia com excedentes populacionais, principalmente vindos do nordeste. Entretanto, a maior parte das famílias beneficiadas pelos programas vieram da região Sul do país, principalmente dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (INCRA, 2000).

O PIN baseava-se na idéia de planejamento de eixos de desenvolvimento em torno de agrovilas que se fixariam ao longo de importantes rodovias. Com base nesse conceito, foram realizados financiamentos com recursos do PIN para a construção da Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Perimetral Norte e Cuiabá- Porto Velho- Manaus. Essas rodovias foram planejadas para que permitissem o surgimento de áreas de atividades econômicas na forma de “corredores de desenvolvimento”. “De acordo com o modelo do INCRA, para a operação de assentamento em grande escala, principalmente de trabalhadores rurais e arrendatários do Nordeste, foi fixada uma faixa de 10 quilômetros de extensão de ambos os lados das estradas através da Amazônia...” (KOHLHEPP, 2002, p.38). Já o PROTERRA, visava facilitar o acesso à terra e desenvolver a agroindústria na Amazônia, mas os resultados de ambas as

políticas foram desastrosos. Esses programas impulsionaram a imigração espontânea para a região, provocando uma ocupação sem planejamento. Os resultados de ambos os programas são sentidos até hoje, por meio de tensões sociais ligadas à terra e por questões ambientais.

Com a crise do petróleo, em 1973 a economia nacional começa a sofrer uma forte desaceleração, apresentando déficits na balança comercial e crescimento do endividamento externo, provocados por uma crise cambial. Configurada a situação de crise, a região amazônica passa a integrar os novos rumos do padrão de crescimento da economia nacional, e global. Para o país a região teria a função de gerar recursos para a solução da crise, já para o capital internacional, seria uma região propícia a expansão de seus investimentos, em um momento de reestruturação produtiva provocada pela elevação dos preços do petróleo.

Ainda sob os efeitos da crise do petróleo, a partir da segunda metade da década de 70 o modelo de substituição de importações indicava esgotamento, e mostrava que não seria mais capaz de manter o ritmo crescente da economia. Na tentativa de manter as taxas de crescimento econômico o Governo Geisel lança o II PND (1975-1979), com ele o processo de ocupação da Amazônia foi intensificado e priorizou os investimentos de grande porte.

O II PND voltou suas ações para implantar no Brasil setores industriais produtores de bens intermediários e de capital e o aumento das exportações, atuando para criar novos espaços de investimentos. Desse modo, nasce o Programa de Pólos Agropecuários e Agromineral da Amazônia (POLÂMÁZÔNIA), que previa a criação de 15 pólos de desenvolvimento, cada pólo especializado em uma atividade produtiva, considerados áreas prioritárias selecionadas na região amazônica. Conforme o Decreto nº 74.607(BRASIL, 1974), seriam os seguintes pólos de desenvolvimento: Xingu-Araguaia; Carajás; Araguaia-Tocantins; Trombetas; Altamira; Pré-Amazônia Maranhense; Rondônia; Acre; Juruá Solimões; Roraima; Tapajós; Amapá; Juruena; Aripuanã e Marajó. Com eles o Governo pretendia canalizar os incentivos fiscais para as áreas geográficas selecionadas, concentrando nelas ações de infra-estrutura e atraindo assim o capital privado. Na ótica dos militares essas regiões escolhidas, iriam atrair empreendimentos que promoveriam o desenvolvimento de várias atividades econômicas que iriam gerar empregos e renda, promovendo dessa maneira melhorias sociais.

Empresas estatais associadas ao capital privado nacional e transnacional desenvolveram grandes projetos nos pólos do POLAMAZÔNIA, na área industrial o setor mineiro-metalúrgico foi o principal beneficiado, como foi o caso da Mineração Rio do Norte, Projeto Ferro-Carajás e ALBRÁS/ALUNORTE. Os empreendimentos do setor agropecuário

também foram realizados por grupos estrangeiros e nacionais com o auxílio de incentivos da SUDAM.

Para os militares, apenas o grande capital teria a capacidade de promover o desenvolvimento e a modernização da região amazônica, portanto nesse período o Estado utilizou políticas de incentivos fiscais e financeiros para favorecer a implantação de grandes projetos. Para atrair o capital privado, o Governo também teve que investir em infra-estrutura, tendo o maior destaque as obras de geração de energia elétrica. Para atender esse setor foram construídas as usinas hidrelétricas de Tucuruí, Balbina e Samuel.

O resultado do modelo de “pólos de crescimento”, instaurado com base no POLAMAZÔNIA, foi o aumento das desigualdades inter-regional e intra-regional. “Em vez de pólos de crescimento com impulsos de desenvolvimento irradiantes, surgiram enclaves, mantidos artificialmente” (KOHLHEPP, 2002, p. 40).

Internamente, desde 1976 o II PND já não se mostrava mais capaz de manter o crescimento econômico, somado a isso em 1979 ocorre uma nova crise mundial do petróleo, em meio aos problemas econômicos o regime militar passava por uma crise de legitimação. Configurado esse quadro, assume em 1979 o General Figueiredo, que seria o último representante dos Governos militares.

Em busca de instrumentos para a superação da crise financeira e de aceitação popular, O Governo vê necessário intensificar o processo de exploração amazônica. Dessa maneira, sob a égide do III PND (1980-1984) foi instituído o principal instrumento de ocupação amazônica, o Programa Grande Carajás (PGC), que abrangia uma área de 825.265 km² o que representa 10,6% da área do país, abrangia terras do Estado do Pará, Maranhão e do atual Tocantins (LÔBO, 1996, p. 138).

O PGC representou uma tentativa do governo de coordenar de forma mais rápida os projetos já existentes, para que pudessem entrar em atividade o quanto antes. Por isso, o PGC previa que mais de ¼ dos fundos públicos direcionados ao POLAMAZÔNIA, deveriam ser destinados a seu favor, em regime especial, incentivos tributários e financeiros administrados pela SUDAM e pelo BASA também foram estabelecidos para promover as ações do PGC. (MONTEIRO; COELHO, 2004, p. 111).

3.4 Fim da ditadura militar e os rumos da Amazônia

Com o fim do período militar a Amazônia passa a ser olhada não mais apenas como uma fonte de matérias-primas, exploradas internamente em favor do centro-sul e

externamente por grupos transnacionais. A questão ambiental ganha dimensão e a preocupação com a proteção do meio ambiente passa, inclusive a fazer parte das garantias fundamentais da nova Constituição de 1988. Com isso, novas exigências em relação às atividades produtivas na Amazônia passam a vigorar, como a obrigatoriedade de estudo prévio de impacto ambiental e licenciamento ambiental. No caso da mineração passam a vigorar também a obrigação de recompor o meio ambiente degradado pela atividade mineral e a obrigação de pagamento de uma taxa pela exploração dos recursos minerais, a Contribuição Financeira pela Exploração Mineral (CFEM)², também chamado de *royalty* da mineração.

No fim dos anos 80, e início da década de 90, a Amazônia ganha a cena internacional, promovida principalmente pela Eco 92, que foi a segunda conferência da ONU sobre o meio ambiente e aconteceu no Rio de Janeiro.

Nos governos de Fernando Henrique Cardoso, foram lançados o Programa Brasil em Ação (1996-1999) e Avança Brasil (2000-2003), ambos previam a criação de eixos de integração nacional e internacional, tendo como princípio a redução dos custos de transporte, o que influenciaria diretamente na redução dos custos das exportações e das importações. Esses eixos teriam a função de melhorar o acesso a mercados e a capacidade competitiva dos sistemas econômicos regionais (Brasil apud MONTEIRO; COELHO, 2004, p. 116).

Os principais projetos do programa *Brasil em Ação* para Amazônia visavam à recuperação das estradas BR 364 (Brasília-Acre) e BR 163 (Cuiabá-Santarém); o asfaltamento da BR 174 (Manaus – Boa Vista); a implementação das hidrovias do Araguaia-Tocantins e do Madeira; o gasoduto de Urucu e a linha de alta tensão conectando Tucuruí a Altamira e Itaituba. O programa *Avança Brasil*, já no segundo mandato, concentrava os investimentos previstos para a Amazônia Legal, em quatro eixos de ação, a integração internacional do norte; logística na região do rio Madeira-Amazônas; logística no Brasil central e geração de energia hidrelétrica e linhas de transmissão (THÉRY, 2005, p. 41).

Hoje o Brasil já tem acesso via eixo rodoviário, por Roraima a Venezuela e pelo Amapá à Guiana Francesa. Mas as expectativas indicam que no futuro a “Amazônia será detentora dos principais Eixos de Integração e Desenvolvimento, que em nada correspondem

² A CFEM é uma compensação financeira criada pela Constituição Brasileira de 1988 para beneficiar as regiões produtoras de recursos minerais. Sua taxa varia entre 0,2% (pedras preciosas), 1% (ouro), 2% (ferro, carvão, fertilizantes e outras substâncias minerais) e 3% (bauxita, manganês e potássio) da receita líquida das vendas minerais (obtida a partir da receita bruta das vendas menos as despesas com transporte, seguro e outras taxas e impostos incidentes sobre a produção). O montante arrecadado é distribuído entre as três esferas de governo: Federal (12%), Estadual (23%) e Municipal (65%). Não há regras fixas quanto ao uso da CFEM, a lei apenas não permite que os recursos sejam usados para pagamento de dívidas e contratação de pessoal permanente (BRASIL, Lei 8.001/90).

à justificativa de “adensamento econômico regional”, tratando-se, sim, de grandes corredores de exportação” (BECKER, 2001, p.151).

...uma das prioridades do Brasil, ao se definirem os projetos dos Eixos de Integração da América do Sul, que os 12 países do continente trabalham para implantar no período de 10 anos. A exemplo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, que orientam os projetos de desenvolvimento para o Brasil, os Eixos sul-americanos terão o objetivo de construir um espaço comum de prosperidade na região, em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2000).

Estaria a Amazônia, vivendo um processo de passagem da periferia do Brasil, para situar-se no centro do continente sul-americano, atuando como área de integração continental?

Figura 1: Amazônia de periferia do Brasil ao centro do continente.



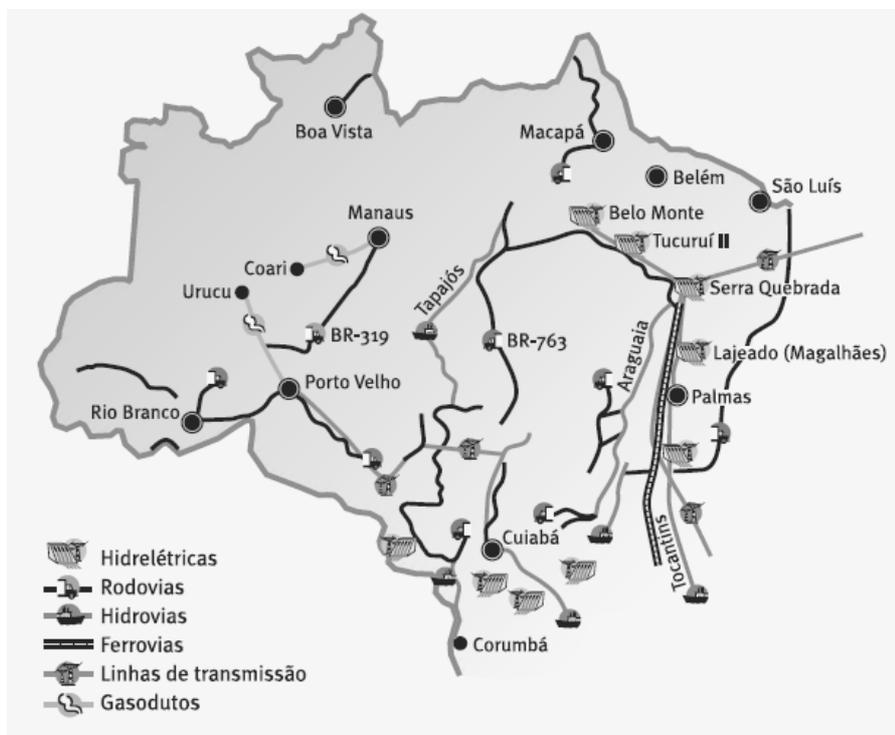
Fonte: THÉRY, HERVÉ. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. *ESTUDOS AVANÇADOS* 19 (53), 2005, p 37- 49.

As estratégias de desenvolvimento em ambos os programas do governo FHC, buscavam principalmente, a formação de um eficiente aparato logístico, ligado à redução dos custos de transportes para que as exportações regionais se tornassem mais competitivas. Essa política de criação de obras, especialmente rodoviárias foi bastante questionada por grupos ambientalistas e entidades sociais, por temerem os impactos que essas obras causariam na floresta e às comunidades locais.

Na busca por desonerar as exportações e torná-las mais competitivas, também foram reduzidos os impostos incidentes sobre os produtos de exportação. Um exemplo da aplicação

dessa estratégia foi a Lei Kandir, que isenta de recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) os produtos primários ou semi-elaborados voltados para a exportação. Essa lei afeta principalmente as finanças dos estados que exportam matérias-primas. Segundo Coelho (2000, p.136) “[...] medidas como a Lei Kandir eliminam gradativamente a possibilidade dos estados de conquistarem autonomia político-financeira [...] comprometeu, sem dúvida, a autonomia dos estados ricos em recursos minerais.”

Figura 2: Principais projetos de infra-estrutura do Programa Avança Brasil na Amazônia e no Pantanal.



Fonte:FEARNSIDE, Philip M; LAURENCE, William F. O futuro da Amazônia: os impactos do Programa Avança Brasil. *Ciência Hoje*. p. 61-65, maio 2002.

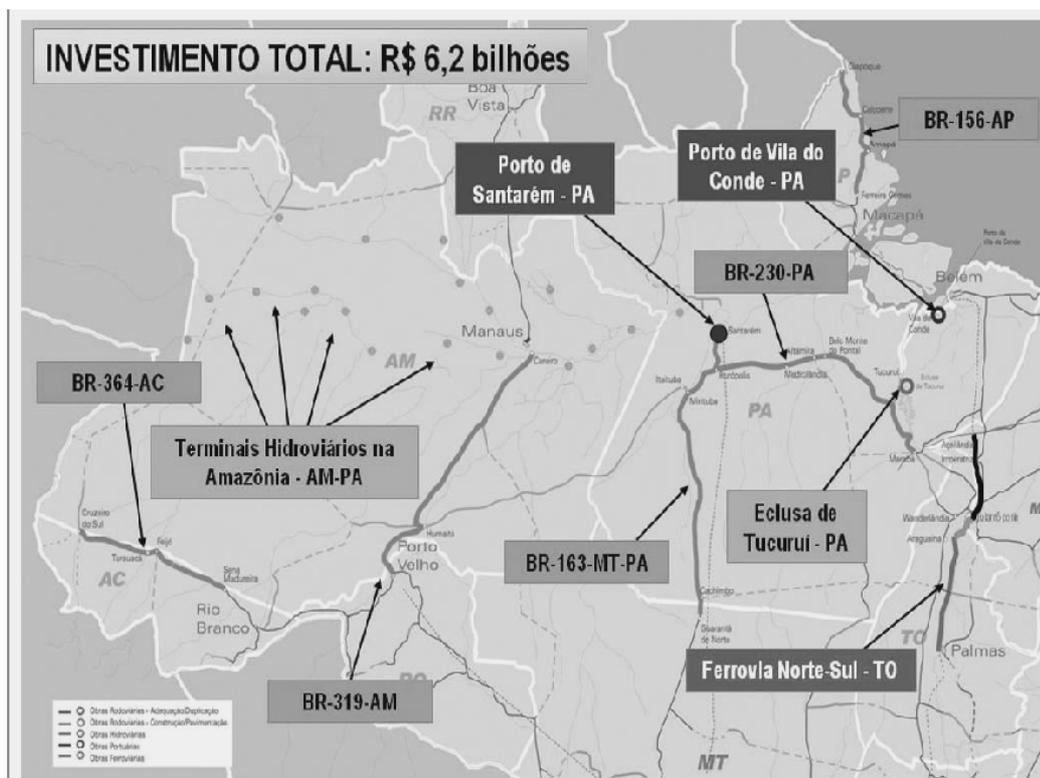
Com a eleição de Lula, criou-se uma expectativa de que a tão questionada política de eixos de integração e desenvolvimento fosse colocada de lado, e que novas propostas de desenvolvimento para a Amazônia seriam criadas. Entretanto, o que se viu no Plano Plurianual 2004-2007 foi o prosseguimento e ampliação do modelo de eixos de integração e desenvolvimento na região Amazônica.

Para a Amazônia, em 2004 foi lançado o Plano Amazônia Sustentável (PAS), que será relançado no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011. O PAS não se configura como um programa

dentro do Plano Plurianual 2004-2007, na verdade são propostas de estratégias e sugestões ao setor produtivo e aos governos dos estados da região Amazônica (BRASIL, 2004, p.2). O PAS se organiza em torno da produção sustentável com inovação e competitividade; gestão ambiental e ordenamento territorial; inclusão social e cidadania; infra-estrutura para o desenvolvimento e novo padrão de financiamento.

No segundo mandato de Lula o principal programa de desenvolvimento lançado foi o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que segue a mesma tendência dos dois programas do Governo FHC, ou seja, eliminar as restrições na capacidade de geração de divisas na balança comercial e promover a atração de capitais produtivos. Para que esses objetivos sejam alcançados são previstas medidas em cinco blocos: infra-estrutura, estímulo ao crédito e ao financiamento, melhora ao ambiente de investimento, desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário e medidas fiscais de longo prazo. (BRASIL, 2007).

Figura 3: Investimentos em infra-estrutura do PAC para a região Amazônica.



Fonte: BRASIL, 2004.

A política do Governo Lula de priorizar superávits na balança comercial tem efeitos diretos nos processos de desenvolvimento em curso na Amazônia. Por isso foi dada continuidade a antiga política do Governo FHC, uma vez que ela se propunha a eliminar os gargalos que travavam o crescimento econômico e criar condições para que os produtos

voltados à exportação nacional se tornassem mais competitivos. O problema de tais políticas é que elas fortalecem agentes econômicos que se valem de vantagens comparativas derivadas do baixo custo do uso dos recursos naturais da região e não no estabelecimento de políticas que promovam os potenciais endógenos e que impulsionem uma produção mais diversificada.

A presença de duas estratégias de desenvolvimento regional, marcam as propostas apresentadas para promoção do desenvolvimento econômico da Amazônia, nos últimos 30 anos. O modelo de pólos de crescimento econômicos e complexos industriais irradiadores de efeitos multiplicadores nas cadeias produtivas locais, prevê a atuação do Estado de modo direto por meio de renúncia fiscal, financiamentos e subsídios. Enquanto, o modelo baseado em eixos estruturadores de desenvolvimento baseia-se na eficiência das dinâmicas de mercado, cabendo ao Estado o papel de eliminar os gargalos de crescimento da economia e a função de regulação. Em ambas as estratégias assumidas para a região amazônica, pouco foi considerado a realidade histórica local para que se pudesse desenvolver um projeto conjunto com as populações diretamente afetadas. O que resultou desses modos de ocupação, foram problemas sociais e ambientais, que estão aumentando a devastação da floresta e provocando concentração espacial e econômica, sobretudo na área do Arco do Povoamento Adensado³.

O resultado histórico do modelo de ocupação e exploração da floresta é um quadro de antagonismos cercado por diversos interesses, que vão desde as necessidades das comunidades locais, passando pela questão de soberania nacional, estratégias geopolíticas, interesses da elite local e do capital transnacional. Nesse cenário várias relações de força se estabelecem e a região amazônica vive um momento histórico decisivo sobre os possíveis caminhos de seu futuro.

³ Arco do Povoamento Adensado é a região da Amazônia Legal com o maior grau de adensamento populacional, compreendendo a borda meridional e oriental do sudeste do Acre ao sul do Amapá, incluindo Rondônia, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão e o sudeste e nordeste do Pará. Nesta região, predomina o processo de urbanização e concentração de atividades como mineração, pecuária, e com elevada taxa de desmatamento.

4. A mineração na Amazônia Oriental e a sua concentração no Estado do Pará

4.1 A mineração até a década de 90

A distribuição da indústria de base mineral historicamente tem se concentrado na parte oriental da Amazônia, nos Estados do Amapá e com maior ênfase no Estado do Pará, que atualmente é o segundo maior produtor mineral do país, atrás apenas do histórico estado minerador de Minas Gerais.

A entrada das atividades de extração e de transformação mineral na Amazônia, foram estimuladas pela demanda internacional e estruturaram-se segundo os interesses de corporações transnacionais. A partir da década de 50, no contexto de internacionalização do capital, no período do pós-guerra, teve início o primeiro caso de entrada de mineração industrial na Amazônia Oriental, foi na Serra do Navio, no Amapá. Desde o início das primeiras lavras, a mineração criou expectativas de que promoveria desenvolvimento regional, valendo-se principalmente de suas “vantagens comparativas” propícias para a atividade mineradora.

No Governo de Eurico Gaspar Dutra, as reservas de manganês da Serra do Navio, no então Território do Amapá, ganham importância internacional, uma vez que as principais reservas do minério estavam sobre controle soviético. No contexto de “guerra fria” a Serra do Navio seria um importante fornecedor do manganês para a produção de aço. Devido sua importância o Presidente Dutra eleva as jazidas de manganês à estatus de “reserva nacional”, o que implicaria que os estudos e aproveitamento deveriam ser realizados pelo Governo do Território Federal do Amapá⁴ com orientação do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2003, p. 6). Entretanto, as pesquisas e exploração da mina foram passadas a iniciativa privada, para tanto foi realizado em 1947 uma concorrência pública, vencida pela Indústria e Comércio de Minérios S.A (ICOMI), uma empresa nacional de médio porte pertencente ao grupo CAEMI. Em 1950, alegando necessidade de recursos financeiros e apoio técnico, a ICOMI vincula-se na forma de joint venture a *Bethlehem Steel Corp*, uma das principais corporações dos Estados Unidos na produção do aço. Em 1997 a empresa ICOMI retira-se da Serra do Navio, afirmando que as reservas de manganês haviam sido exauridas.

⁴ O Território Federal do Amapá foi criado em 1943, quando foi desmembrado do Estado do Pará. Já o Estado do Amapá, só seria criado pela Constituição de 1988.

Essa sociedade entre as duas empresas foi possível, pois a nova Constituição de 1946 restabelece a permissão da participação de capital estrangeiro no setor mineral nacional (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2003, p. 6). A criação da joint venture entre a empresa brasileira e estadunidense para a exploração do manganês, estava em consonância ao alinhamento nacional à política do pós-guerra dos Estados Unidos, o Brasil recebeu inclusive, em 1947 a visita do presidente Harry Truman, quando foi então assinado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)⁵.

Com o início das atividades da ICOMI, o Brasil transformou-se no quarto maior produtor de minério de manganês, sendo superado apenas pela União Soviética, África do Sul e pela Índia. A exploração do manganês da Serra do Navio caracterizou o primeiro empreendimento de mineração de porte industrial na Amazônia, e durante quase duas décadas representou o principal mineral explorado industrialmente na Amazônia oriental.

A partir do golpe militar em 1964, as políticas nacionais são modificadas, inclusive aquelas referentes à Amazônia. Na visão dos militares era necessário integrar economicamente a região, e para que isso ocorresse foram criadas parcerias com interesses privados, nacionais ou não. A partir da década de 70 o setor mineiro-metalúrgico passa a ganhar destaque dentro dessa política de ocupação na Amazônia, estimulado especialmente pelas crises energéticas e a conseqüente reestruturação produtiva do capital.

Organizado pelo Ministério de Minas e Energia, através do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) e financiado com verbas do PIN, teve início em 1971 o Projeto Radar na Amazônia (RADAM). Com a utilização de radares foram coletadas informações sobre a região, principalmente dados referentes aos recursos minerais.

Com a crise do petróleo em 1973, na tentativa de enfrentar a crise conjuntural da economia, o general Geisel lança o II PND. A Amazônia passa a ter um importante papel no processo de solução da crise econômica, assim, dentro da esfera do II PND as reservas minerais da Amazônia ganharam importância, não apenas nacional, mas global:

O advento do II PND trouxe um impulso decisivo ao desenvolvimento do setor mineral na região, dentro da ótica da Amazônia como um importante trunfo na política de equacionamento da crise cambial. Enquanto espaço privilegiado de captação (empreendimentos com financiamento em moeda estrangeira), geração (exportações) e economia de divisas (substituição de importações). (LÔBO, 1996, p. 96).

No período do II PND, o processo de ocupação da região baseou-se em grandes empreendimentos, conhecidos como “grandes projetos”, que, privilegiavam o grande capital.

⁵ O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca prevê reação conjunta diante de ameaça a qualquer país do continente americano.

Assim, importantes áreas da região amazônica passaram a participar decisivamente das estratégias da economia mundial. Empresas transnacionais penetraram a região interessadas principalmente em recursos minerais e energéticos:

O primeiro choque dos preços do petróleo viria contribuir para aumentar ainda mais a importância da Amazônia no âmbito da economia mineral mundial. O encarecimento dos custos da geração de energia elétrica nas economias industrializadas do Ocidente levou a que alguns desses países voltassem suas atenções para o enorme potencial hidrelétrico e de biomassa (floresta para fabricação de carvão vegetal). A existência de abundantes jazidas minerais, aliada ao potencial energético, fariam com que a Amazônia passasse a apresentar uma série de atrativos para uma nova atividade: a transformação mineral (LÔBO, 1996, p.95).

Seguindo a lógica de valorização das reservas minerais, como um dos programas do II PND foi lançado o programa POLAMAZÔNIA, que previa a criação de pólos agropecuários e minerais em áreas selecionadas, consideradas prioritárias para região. Em discurso realizado na SUDAM em 1974, em uma visita ao Pará, o presidente Geisel falou sobre as prioridades da política federal para a região, dando ênfase aos bens minerais:

Aproveitar-se-á, de maneira intensa, o estanho de Rondônia, o alumínio de Trombetas, o ferro da região de Carajás; desenvolver-se-ão, entre outros, projetos racionais de pecuária e florestal em Roraima, na região do Juruá-Solimões, no Estado do Acre, nas áreas do Xingu-Araguaia e do Juruena, e em Marajó. [...] O Governo Federal, na linha de ação do programa POLAMAZÔNIA, contemplará, nas áreas selecionadas, as obras de infraestrutura indispensáveis, prosseguirá no esforço de pesquisa e investigação e já vem dando início a projetos de mais alta prioridade, como o do ferro, em Carajás, e do alumínio, em Trombetas. (BRASIL, 1975, p. 142).

Dentro do projeto POLAMAZÔNIA, o Pólo minerador do Amapá recebeu incentivos fiscais, com os quais a ICOMI implantou uma usina de pelotização⁶ em Santana. Os incentivos públicos arcaram com cerca de 50% dos custos da implantação da usina (MONTEIRO, 2005, p. 148). Nesse mesmo pólo, teve início a operação da primeira empresa de extração industrial de caulim, era a empresa Caulim da Amazônia (CADAM), localizada as margens do Rio Jarí, na divisa do Amapá com o Pará. A empresa era parte do mega-projeto Jari Florestal, hoje a empresa constitui-se na maior produtora nacional de caulim. Essas jazidas foram descobertas no morro do Felipe, na margem esquerda do rio, no lado do Amapá. A extração e o beneficiamento primário do caulim são realizados no Amapá, depois ele é transportado por mineroduto até chegar ao município paraense de Almeirim, onde é embarcado no porto da própria empresa e seguirá para exportação.

⁶ Pelotização: Processo de aglomeração de minérios finos em forma de pelotas cruas que são posteriormente, queimadas em fornos a altas temperaturas.

Integrando o POLAMAZÔNIA também estava o Pólo do Trombetas, cujo centro dinâmico era o município de Oriximiná, que abriga a Mineração rio do Norte (MRN), produtora de minério de bauxita; e também o Pólo Carajás, onde em Parauapebas está localizada a Companhia Vale do Rio Doce⁷ com a produção de minério de Ferro. Esses pólos deveriam promover o encadeamento de atividades e assim aumentar a dinâmica econômica regional.

Essas ações ancoravam-se, portanto, numa visão de desenvolvimento regional que tinha por fundamento a necessidade de concentração espacial de capitais, capazes de produzir desequilíbrios e, por conseguinte, impulsionar um processo de desenvolvimento de atividades por meio de uma cadeia de ligações para frente e para trás das atividades produtivas consideradas "chaves". Alguns dos pólos que integravam o Polamazônia foram Carajás, Trombetas e Amapá. (MONTEIRO, 2005 p. 148).

O POLAMAZÔNIA também incentivou a criação da cadeia produtiva do alumínio, como forma de valorizar a bauxita do Trombetas. Na busca pela verticalização produtiva do alumínio, surgem os projetos ALBRÁS/ALUNORTE, ambos em Barcarena. Ainda é muito baixa a agregação de valor dos bens minerais no Pará, só o alumínio possui sua cadeia produtiva no Pará.

Para que pudesse ocorrer a instalação das indústrias em Barcarena para a produção de alumina e alumínio primário, produto intensivo em uso de energia elétrica, em 1973 é criada as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (ELETRONORTE), e em seguida é construída a usina hidrelétrica de Tucuruí. Outra importante obra realizada ligada ao desenvolvimento do setor mineral, foi a estrada de ferro Carajás-Ponta de Madeira-MA, para transporte de minério voltados a suprir o setor siderúrgico do Maranhão e rumo ao terminal de Ponta de Madeira, de onde partirá à exportação.

Em 1979 o presidente Figueiredo assume, e uma nova conjuntura de crise econômica se manifesta. Dessa forma, para consolidar a ocupação econômica amazônica o III PND estabelece a criação do Projeto Grande Carajás (PGC), que instituiu um regime especial de incentivos aos projetos que o integrava. Na verdade o PGC tentou confluir todos os investimentos e benefícios para os projetos que já existiam, mas que no contexto de crise tiveram seus recursos reduzidos, o que provocaria atraso nas obras.

Estabeleceu-se, assim, um “modelo de desenvolvimento amazônico”, sob a responsabilidade de um Estado que desempenhou o papel de

⁷ Em novembro de 2007 a Companhia Vale do Rio Doce muda seu nome, passando a se chamar apenas Vale.

promotor/indutor do crescimento econômico, promovendo a industrialização espacialmente concentrada em alguns pontos da Amazônia, particularmente do Pará. Ao induzir a expansão capitalista, o Estado nacional promoveu alterações nas dinâmicas sociais presentes no Estado e na região (MONTEIRO; COELHO, 2006, p. 103).

O impulso para o setor mineral no Pará era parte da estratégia assumida pelos governos militares de integração da Amazônia, como importante instrumento na superação da crise econômica que o país enfrentava em decorrência dos dois choques do Petróleo, acontecidos em 1973 e posteriormente em 1979. Por isso o processo de valorização do setor mineral desenvolveu-se principalmente a partir da segunda metade da década de 70 e anos 80, no âmbito do II e III PND. A meta era captar recursos na forma de empreendimentos financiados em moeda estrangeira, exportações de bens minerais e substituição de importações. Nesse período, a entrada do grande capital no setor mineral amazônico, presente principalmente na forma de empresas transnacionais, era vista com certo receio por parte da sociedade, uma vez que eram recursos estratégicos para a soberania nacional que passavam para o controle de empresas estrangeiras.

Hoje já podemos ver os resultados dos “Grandes Projetos” que foram instalados na região durante as décadas de 70 e 80, vemos que eles não lograram promover dinâmicas econômicas e sociais para a região. Atualmente o próprio Estado assume isso por meio do PAS:

Os empreendimentos têm características de enclaves isolados, com baixos benefícios econômicos para a população local, porém com reflexos ambientais que se estendem além destas áreas ou podem ser de longa duração, como no caso dos resíduos da mineração de manganês, ainda que o desmatamento provocado pela mineração seja apenas pontual. A geração de empregos na região é baixa, aproximadamente 14 mil para todo o setor. Os principais elos de suas cadeias produtivas localizam-se fora da região e a maior parte da renda gerada é direcionada para as regiões mais desenvolvidas do Brasil ou no exterior, gerando efeitos irradiadores mínimos na Amazônia.(PAS, 2004, p 38).

São propostas de Armando Mendes (2006) para que esse quadro em torno da mineração seja modificado, a criação de mecanismos compensatórios, mas não apenas simbólicos, que sejam de fato expressivos e a criação de mecanismos de retenção de poupança intra-regional. Mas para isso, ele aponta a necessidade de reformulação das leis nacionais que vigoram sobre a exploração mineral. Além de transformações profundas nas instituições burocráticas na região.

4.1.1 A exploração da bauxita da região do Trombetas

As reservas de bauxita próximas ao Rio Trombetas, localizadas no município paraense de Oriximiná, foram descobertas no final da década de 60 pela empresa Bauxita Santa Rita Ltda., uma subsidiária da empresa canadense *Aluminium Limited of Canada* (ALCAN), que realizava pesquisas geológicas na região. Em 1974 a ALCAN cria a empresa Mineração Rio do Norte (MRN), mas a produção só começaria em 1978, promovida pelas políticas do POLAMAZÔNIA.

As reservas do Trombetas eram de grande interesse para a empresa canadense, pois em 1961 a ALCAN havia pedido importantes concessões em Boké, em Guiné na África, e em 1966 a independência da Guiana Inglesa levou a nacionalização das reservas de bauxita do país, prejudicando também os negócios da ALCAN.

No fim do ano de 1971, a ALCAN deu início à implantação do Projeto Trombetas, mas logo depois, em 1972 paralisa o projeto argumentando que o mercado internacional estava desfavorável para o comércio mineral, por causa dessa alegação as obras são suspensas. Entretanto, segundo Monteiro (2005, p. 150), a paralisação das obras seriam uma forma de barganhar maior apoio do governo brasileiro, intento conquistado em 1974, quando a então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a ALCAN criam uma joint-venture para a retomada do projeto, assim nasce a Mineração Rio do Norte S.A (MRN).

Em 1974 ao integrar o projeto POLAMAZÔNIA, o Projeto Trombetas previa o fortalecimento não apenas do município sede da MRN, mas também dos municípios vizinhos de Alenquer, Óbidos e Monte Alegre, que formavam, o então Pólo Trombetas. Dentro do projeto POLAMAZÔNIA, a MRN recebeu isenção de imposto de renda por um período de 10 anos, sendo prorrogado posteriormente por mais 5 anos, o governo também concedeu benefícios e empréstimos do BASA e do FINAME. Até hoje a empresa goza de benefícios fiscais, pois em 1997 o Governo Federal prorrogou até 2013 a redução do Imposto de Renda sobre a parcela dos lucros provenientes das operações de exploração (MRN, 2006).

Em 1975 a CVRD tornou-se a ser a maior acionista da MRN, partilhando o controle com as transnacionais, Alcan, Billiton, Norsk Hydro, Reynolds Metals e com a companhia nacional CBA, de Antônio Ermínio de Moraes. Posteriormente, a ALCOA também passou a fazer parte das empresas controladoras da MRN. A MRN é uma companhia de capital fechado, atualmente a composição acionária da empresa é: CVRD (40%), BHP Billiton Metais (16%), Alcan (12%), CBA-Votorantim (8,5%), Alcoa Alumínio (8,5%), Alcoa World

Alumina (5%), Norsk Hydro (5%) e Abalco (5%). As vendas do minério são realizadas para os próprios acionistas ou para as suas controladoras. (MRN, 2008).

Em sua fase inicial o empreendimento enfrentou várias dificuldades, primeiro a paralisação do projeto e depois a pressão baixista em relação ao preço mínimo da bauxita, uma vez que, os sócios estrangeiros faziam pressão para que o preço da bauxita ficasse abaixo dos preços praticados no mercado internacional. Dessa maneira poderiam adquirir matéria-prima mais barata para o processamento industrial, visto que tratava-se de empresas verticalizadas que se localizam a jusante na cadeia produtiva do alumínio, atuando na produção de alumínio secundário e ligas metálicas para a indústria de ponta, algumas dessas empresas, inclusive, faziam parte do cartel do alumínio⁸.

As operações da Mineração Rio do Norte em Porto Trombetas consistem nas etapas iniciais do ciclo de produção do alumínio, que são a extração da bauxita, beneficiamento primário, transporte ferroviário, secagem e embarque de navios. As operações de extração do mineral acontecem nas minas Sacará, Almeidas e Avisos. A bauxita produzida pela MRN e desembarcada no porto de Vila do Conde, em Barcarena, para suprir o complexo ALBRÁS/ALUNORTE, outra parte vai para o complexo da Alumínio do Maranhão (ALUMAR), mas a grande parte da produção é direcionada vai para exportação.

A MRN está instalada no complexo industrial de Porto Trombetas, localizado a 70 km da sede de Oriximiná, a mineração é a principal fonte de recursos para o município. Antes da chegada da empresa, a região era habitada a mais de duzentos anos por comunidades quilombolas que viviam basicamente de atividades extrativistas e agricultura de subsistência (CASTRO; PINTON, 1997 p.375). O complexo industrial de Porto Trombetas foi construído para receber não apenas a mineradora, mas também para alojar os funcionários e suas famílias. Foi construída uma vila residencial com cerca de mil casas e dormitórios para mais de mil e quinhentos funcionários solteiros. A vila conta com sistema de tratamento de esgoto e sistema de água potável, além de uma usina de geração de energia. A infra-estrutura também é composta por escola até o ensino médio, hospital, clubes de lazer, cinema, teatro e aeroporto. Os habitantes das comunidades vizinhas à vila necessitam de autorização para entrarem nas dependências de Porto Trombetas.

Segundo o IBRAM (2005) o Brasil é o segundo maior produtor de minério de bauxita do mundo, o país foi responsável por 13% (22,8 milhões de toneladas) da produção mundial,

⁸ O cartel do alumínio era composto pelas “Seis Irmãs” era formado pela Aluminium Company of América (ALCOA), Reynolds Metal Company e Kaiser Aluminium and Chemical Corporation, grupos dos Estados Unidos; Alcan Aluminium Limited of Canada; Pechiney Ugine Kullman Group, da França e Swiss Aluminium Limited (ALUSSUISE), Suíça. (LÔBO, 1996 p. 45).

sendo que a MRN participou com nada menos do que 83% do total da produção nacional. Apesar de sua capacidade produtiva, a empresa tem gerado poucos empregos diretos em Oriximiná, e a sua capacidade de criar empregos de forma indireta, também tem se mostrado restrita. Com a ajuda das tabelas 1 e 2 poderemos ver que a capacidade de geração de renda por meio da criação de empregos é baixa, pois na formação do IDH municipal, o elemento renda foi o que menos contribuição deu para o aumento do índice. É possível ver que de fato houve uma grande melhora no IDH municipal a partir a década de 70, quando foi iniciado o processo de implantação da empresa, mas segundo os dados disponíveis no quadro, o elemento renda foi o que menos colaborou para a melhora no índice. Os outros dois elementos que formam o índice, longevidade e educação possivelmente tenham melhorado em decorrência do próprio processo de urbanização vivido em Oriximiná. A tabela abaixo, mostra que a capacidade da empresa de gerar empregos tem se mostrado reduzida.

Em relação ao IDH dos outros municípios paraenses, Oriximiná ocupa a 22ª colocação. Apesar de apresentar uma situação boa comparada aos outros municípios, Oriximiná e todos os municípios que formavam o antigo Pólo Trombetas, Alenquer, Óbidos e Monte Alegre, fazem hoje parte do projeto social do Governo Lula intitulado, Territórios da Cidadania⁹, haja vista, ter um dos IDH mais baixo do país. Isso é prova de que o tão apregoado desenvolvimento e modernização que a empresa MRN deveria levar para região, ainda não chegou.

Tabela 1: Índice de desenvolvimento humano- IDH- 1970/1980/1990/2000 município de Oriximiná.

IDH	Anos			
	1970	1980	1991	2000
IDH M	0,356	0,540	0,560	0,717
IDH M Longevidade	0,434	0,575	0,623	0,733
IDH M Educação	0,433	0,492	0,616	0,828
IDH M Renda	0,200	0,554	0,441	0,591

Fonte: SEPOF, 2008.

⁹ O Projeto Territórios da Cidadania visa promover os principais programas do Governo Federal de forma integrada nas regiões do país com os menores Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Tabela 2: Principais projetos mínero-metalúrgicos instalados 1996-99 no município de Oriximiná.

Ano	Projeto (início)	Empresa	Produto	Investimentos*	Empregados
1996	Trombetas (1979)	Mineração Rio do Norte S/A	Bauxita metalúrgica	430	900
1997	Trombetas (1979)	Mineração Rio do Norte S/A	Bauxita metalúrgica	430	900
1998	Trombetas (1979)	Mineração Rio do Norte S/A	Bauxita metalúrgica	430	948
1999	Trombetas (1979)	Mineração Rio do Norte S/A	Bauxita metalúrgica	430	948

Fonte: SEPOF, 2008.

*Previsão em 10⁶ US\$.

4.1.2 Projeto ALBRÁS e ALUNORTE

Com o intuito de verticalizar a produção de alumínio, em uma área próxima às minas de bauxita de Trombetas e Parauapebas, e seguindo os estímulos do POLAMAZÔNIA para integração produtiva, o Governo Federal promoveu negociações para a criação de uma joint venture entre CVRD e empresas japonesas. Em 1975, devido aos altos custos, principalmente em relação à construção da usina de Tucuruí, os japoneses apontaram a inviabilidade do negócio, e por isso a sua desistência do empreendimento. Para manter o capital japonês nesse projeto, o Governo brasileiro dispensou as empresas japonesas da obrigação de participarem da construção da usina, e de outras obras de infra-estrutura necessária a implantação do negócio, ficando assim, todos os custos para o Estado brasileiro (MONTEIRO, 2005, p.152 a).

A primeira crise do petróleo atingiu os dois países violentamente. O Japão até 1973 era o segundo consumidor mundial de alumínio. O país produzia o que consumia, o que representava 1,2 milhão de toneladas. Com a crise, o país que não possuía condições geográficas para a geração de energia por meio de fontes hidráulicas, carente de fonte de petróleo tiveram que fechar suas fábricas de alumínio e abri-las em outros países. O Brasil, que sofria com déficits na balança comercial e aumento do endividamento externo, resultados de uma crise cambial, viram no Pará uma área de atração de capitais que poderia ajudar a superar o quadro de crise. A área passaria a ser uma zona de atração de investimentos por ser rica em fontes hidráulicas e carvão vegetal para produção de energia, com a terceira maior reserva de bauxita do mundo, mão-de-obra barata e espaço físico.

No âmbito da crise econômica vivida pelo país, o projeto em parceria com o Japão era visto como uma fonte de divisas, assim, para manter o capital japonês como participante do projeto o Governo Federal assume os custos da construção da Usina de Tucuruí e da linha de transmissão até Barcarena, além do subsídio direto da energia elétrica consumida para a transformação industrial da alumina em alumínio primário. Hoje a empresa ALBRÁS é responsável pelo consumo de mais de 15% da energia produzida em Tucuruí¹⁰ (ALBRAS). Também ficou à cargo do Governo brasileiro gastos com infra-estrutura urbana e portos na Vila dos Cabanos e no Terminal Portuário da Vila do Conde.

Em 1978, é criada a Alumínio Brasileiro S.A. (ALBRAS), uma joint venture resultado da associação entre a CVRD e a Nippon Amazon Aluminum Corporation (NAAC)¹¹, um consórcio de empresas japonesas com 49% do empreendimento, cabendo a outra parte da participação, ou seja 51%, à CVRD. A empresa foi implantada em duas fases. A primeira, foi inaugurada em 1985 e em 1991 completou-se a instalação da segunda fase, que permitiu a elevação da produção.

Em 1978, surge outro acordo entre o Governo do Brasil, por meio da CVRD e o Governo do Japão, previa a criação de uma empresa para a produção de alumina, voltada para o abastecimento da empresa produtora de alumínio primário, a ALBRÁS. Assim surge a Alumina do Norte do Brasil S/A (ALUNORTE).

Sendo consideradas como prioritárias, a ALBRÁS e a ALUNORTE foram abarcadas pelas políticas do PGC em 1981, quando também receberam os benefícios de isenção do IPI e a recomendação de isenção do ICMS do Governo estadual. Nas negociações para a instalação da ALBRÁS, foi concedido até o ano de 2004 subsídio no valor da energia que consumiria para a produção do alumínio, o que supera o valor de US\$ 1 bilhão (MONTEIRO, 2005, p. 190 b).

A instalação da ALUNORTE passou por uma série de empecilhos e atrasos. Em 1987 a NAAC, resolveu desistir do investimento na ALUNORTE e as obras foram paradas, sendo concluídas apenas em 1995. A alegação para a desistência do negócio, seria devido aos preços do produto no mercado internacional. Nesse período, até que produção de alumina pela ALUNORTE fosse iniciada, o suprimento de alumina necessária à produção de alumínio da ALBRÁS era importada. (MONTEIRO, p. 156, 2005 a)

¹⁰ Conforme a Eletronorte, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí é a maior usina genuinamente brasileira, e a quarta maior do mundo.

¹¹ A NAAC é um consórcio de 17 empresas japonesas, entre trading companies, bancos, consumidoras e produtoras de alumínio, e o Japan Bank of International Cooperation, organismo do governo japonês, sendo este o maior participante do consórcio (Albras).

As negociações que permitiram o retorno das obras da ALUNORTE, beneficiaram todo o ciclo de produção do alumínio no Pará, visto que tanto a MRN, ALUNORTE e ALBRÁS passaram a receber benefícios fiscais em relação ao ICMS. No ano 2000 a Norsk Hydro adquire ¼ das ações da ALUNORTE e vira uma das sócias da empresa. Atualmente, após a conclusão da segunda expansão em 2006, a ALUNORTE se consolidou como a maior refinaria mundial de alumina.

Barcarena possui o terceiro melhor IDH do Pará, o elemento renda foi o que menos contribuiu para a elevação do IDH municipal, sendo que os quesitos longevidade e educação foram que permitiram o aumento do índice (PNUD, 2000). Podemos dizer que a melhora nestes dois quesitos não são resultados do processo de urbanização, pois mesmo sendo o principal pólo industrial do Pará, Barcarena possui uma taxa de urbanização de apenas 43,88%. Uma das possibilidades para a elevação do IDH, pode ser o fato da existência *company-towns* para os empregados das indústrias. Dentro dessas vilas as condições são bem melhores do que no resto do município.

Tabela 3: Índice de desenvolvimento humano- IDH- 1970/1980/1990/2000 município Barcarena.

IDH	Anos			
	1970	1980	1991	2000
IDH M	0,363	0,472	0,631	0,769
IDH M Longevidade	0,452	0,530	0,660	0,800
IDH M Educação	0,441	0,501	0,631	0,873
IDH M Renda	0,196	0,383	0,601	0,635

Fonte: SEPOF, 2008.

Tabela 4: Principais projetos mineiro-metalúrgicos instalados 1996-99 no município de Barcarena.

Ano	Projeto (início)	Empresa	Produto	Investimento*	Funcionários
1996	Albrás (1985)	Albrás SA	Alumínio	1.400	1.600
	Alunorte(1995)	Alunorte S.A	Alumina	875	1.500
1997	Albrás (1985)	Albrás SA	Alumínio	1.400	1.600
	Alunorte(1995)	Alunorte S.A	Alumina	875	1.500
1998	Albrás (1985)	Albrás SA	Alumínio	1.400	1.393
	Alunorte(1995)	Alunorte S.A	Alumina	875	460
1999	Albrás (1985)	Albrás SA	Alumínio	1.400	1.393
	Alunorte(1995)	Alunorte S.A	Alumina	875	460

Fonte: SEPOF, 2008.

*Previsão em 10⁶ U\$\$.

Tabela 5: População segundo situação da unidade domiciliar 1980/91/96-07 no município de Barcarena.

Anos	Urbana	Rural
1980	6.700	13.221
1991	21.629	24.314
1996	25.698	28.651
1997	26.562	29.522
1998	27.291	30.331
1999	28.020	31.142
2000	27.767	35.501
2001	28.696	36.689
2002	29.367	37.546
2003	30.109	38.495
2004	31.793	40.648
2005	32.530	41.590
2006	33.386	42.685
2007	34.235	43.770

Fonte: SEPOF, 2008.

4.1.3 O Programa Grande Carajás

Em 1967 a empresa *United States Steel* descobriu importantes minas de minério de ferro na Serra dos Carajás, no sudeste do Pará. Logo após, em 1970 é criada a Amazônia Mineração S.A, uma empresa que surge como resultado da associação da *United States Steel* e a CVRD. A parceria entre as duas empresas durou apenas 7 anos, com o fim do acordo a CVRD indeniza a antiga sócia e passa a conduzir sozinha o Projeto Ferro-Carajás, beneficiário do programa POLAMAZÔNIA.

No início dos anos 80, devido à crise econômica, o Governo passou a ter dificuldades em manter as políticas de financiamento e crédito às obras de infra-estrutura nos pólos mineradores da região amazônica, atingindo assim os recursos destinados ao POLAMAZÔNIA. Esses cortes de recursos prejudicavam as estratégias do Governo de acelerar a implantação dos projetos minero-metalúrgicos que se desenvolviam à luz do POLAMAZÔNIA, pois eles eram considerados prioridade dentro da conjuntura de crise econômica. Diante desse quadro, em 1980 no III PND, é criado o Programa Grande Carajás (PGC), muitas vezes confundido com o Projeto Ferro-Carajás, que representou investimentos da CVRD para a implantação da lavra de minério de ferro em Parauapebas. Já o PGC era uma política governamental que consistia em uma série de ações para viabilizar projetos de vários

setores em uma área de 825.265 km², isto é, 10,6% do território nacional, e incluía áreas do Estado do Pará, Maranhão e do atual Tocantins (LÔBO, 1996, p. 138).

O PGC foi a expressão de dinâmicas complexas, que abrangiam tanto parte de estratégias do Governo Federal, quanto de dinâmicas mundiais que envolviam um processo de reestruturação locacional da indústria do alumínio primário em âmbito mundial. Era, portanto, um programa que trazia em seu bojo uma grande diversidade de interesses, entre eles os dos governos militares e de grupos transnacionais, aos quais se agregaram os da CVRD, que buscava consolidar na região um ambiente socioeconômico que resguardasse seus investimentos e maximizasse a utilização da infra-estrutura por ela criada (MONTEIRO, 2005, p. 153 a).

O PGC consistia em uma tentativa do Governo de concentrar ações destinadas ao desenvolvimento da Amazônia Oriental, e abrangia uma série de incentivos fiscais e creditícios para empreendimentos agrícolas, industriais e implantação de infra-estrutura de transporte e energia. Mas seu principal foco eram os projetos já existentes no setor minero-metalúrgico, em especial os projetos Ferro-Carajás, da CVRD; a ALBRÁS; ALUNORTE e ALUMAR no Maranhão.

Os fundos do antigo POLAMAZÔNIA passaram a ser direcionados ao PGC, que também contou com um sistema especial de financiamento estatal; sistema adicional de isenção fiscal e crédito internacional. Esses benefícios permitiram a construção de infra-estrutura e o financiamento de pesquisas, projetos de prospecção, beneficiamento e transformação mineral.

Para que a exploração do minério de ferro fosse realizada foi montada uma grande estrutura formada por minas, instalações de beneficiamento, pátio de estocagem, instalações portuárias e a Estrada de Ferro Carajás, com 892 km de extensão, ligando a Serra dos Carajás, em Parauapebas, ao terminal marítimo da Ponta da Madeira, em São Luiz do Maranhão.

No âmbito do PGC vários ramos do setor mineral foram beneficiados e não apenas a produção mineral de ferro. O PGC também incentivou a instalação de empresas produtoras de ferro-gusa, ferroligas, sílica metálica e aço.

No processo de pesquisa desencadeado na região de Carajás, as jazidas de manganês do Igarapé do Azul também se mostraram viáveis de exploração econômica, para isso foi construída uma usina de beneficiamento, sendo então iniciada em 1985 a lavra e o beneficiamento do minério. Devido a oscilações dos preços das commodities minerais na

década de 90, que tiveram fortes impactos na produção do Pará, a produção do manganês no Igarapé do Azul chegaram inclusive a ser suspensa em 1999.

A empresa Camargo Correia recebeu incentivos fiscais pelo PGC não apenas por sua participação na construção da usina de Tucuruí, ali perto, cerca de 5 km da usina a empresa começou em 1988 a produzir sílica metálica, no município de Breu Branco, também beneficiada pelos incentivos do PGC. No início de 2007 a Camargo Correia Metais (CCM) passa para o controle da Globe Specialty Metals, uma das maiores produtores mundiais de silício metálico e ligas especiais.

No final da década de 80 teve início o processo de instalação de siderúrgicas no Pará, concentrando-se no município de Marabá, onde inicialmente foram criadas sete empresas siderúrgicas, a Companhia Siderúrgica do Pará (COSIPAR), a Siderúrgica Marabá S.A. (SIMARA), Siderúrgica Ibérica do Pará S.A. (Ibérica), a Usimar LTDA, a Terra Norte Metais LTDA, a Ferro-Gusa Carajás (FGC) e a Siderúrgica do Pará S.A. (SIDEPAR). Essas siderúrgicas são chamadas de independentes, pois só atuam no estágio de fabricação do ferro-gusa, uma etapa intermediária para a produção do aço. As siderúrgicas que atuam em todas as etapas da produção são denominadas de integradas. Isto quer dizer que apesar dos investimentos para promover a integração produtiva na região, atingiu-se apenas um nível inicial na cadeia de produção.

Para a produção do ferro-gusa são utilizados o minério de ferro, e grande quantia de carvão vegetal que age como termo redutor. O carvão vegetal pode participar em até 40% dos custos da produção de ferro-gusa (PAS, 2004, p. 43). A economia local liga-se a atividade das guseiras como fornecedora de carvão vegetal. A origem do carvão usada é quase toda da floresta primária, vindas de desmatamentos, de formação de pastagens ou fruto de resíduos de serrarias, poucas são aquelas originárias de madeira de reflorestamento. Assim, a atividade das carvoarias está pressionando as áreas de floresta que ainda existem próximas a região do pólo siderúrgico de Marabá. Além do impacto ambiental promovido pela produção do carvão, ocorrem também problemas de ordem social.

Houve um expressivo crescimento da produção extrativa de carvão vegetal, passando de 265 mil toneladas em 1990 (9,5% do total do país) para 1,29 milhão de toneladas (58% do total nacional) (em 2003). A produção concentra-se no Pará (787 mil t) e no Maranhão (474 mil t). (PAS, 2004, p. 33).

Os impactos sociais que a produção de carvão vegetal vem causando na região são vários, podemos citar como exemplo é o caso do abandono da agricultura dos pequenos

produtores para voltar-se à produção de carvão vegetal, não raro são encontradas denúncias de casos de trabalho análogos à escravidão nessas carvoarias, casos de trabalho infantil e condições impróprias ao trabalho humano. Podemos listar entre os problemas a falta de equipamentos de segurança, alojamentos impróprios e falta de água potável. A fiscalização desses estabelecimentos é de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego por meio das delegacias regionais do trabalho, mas o número de funcionários é pequena devido ao número de denúncias e extensão da área. Normalmente essas denúncias partem de ONG's e de grupos ligados a igreja católica, como a Pastoral da Terra.

Muitos foram os municípios afetados pelo PGC, mas o município de Marabá sofreu sobremaneira com os investimentos do programa. Desde a década de 70 a população vem apresentando crescimento populacional intenso. No período de 1970 a 1980 a migração para a região foi estimulada pela construção da rodovia Transamazônica e pela implantação do Projeto Ferro-Carajás. O período que vai de 1980 a 1985 explode a taxa de crescimento populacional, em razão do garimpo de Serra Pelada e pelas atividades de construção da usina de Tucuruí. Nesse momento começam a surgir núcleos habitacionais de Curionópolis, na região do garimpo de Serra Pelada; o núcleo de Parauapebas onde estavam os empregados na implantação da lavra de minério de ferro. Entre 1985 e 1988 ocorre um declínio populacional em virtude do declínio do garimpo e a conclusão das principais obras que estavam sendo implantadas. Em 1988 o município perdeu parte de suas terras para a formação de Curionópolis e Parauapebas (MARABÁ, 2008). Este ciclo de crescimento populacional apresentado em Marabá foi verificado em todos os outros “grandes Projetos” realizados no Pará.

Conforme as tabelas 6 e 7, os investimentos dos projetos realizados em Parauapebas não estão conseguindo elevar a renda da população por meio da geração de empregos, indicando inclusive a redução do número de empregos diretos, possivelmente gerado por um processo de terceirização apresentado no setor a partir do início dos anos 90. O IDH do município teve uma significativa melhora, puxado principalmente pelo quesito educação, em contrapartida, o quesito renda, ligado diretamente a geração de empregos teve inclusive redução no período avaliado. Apesar de todos os investimentos recebidos pela Vale e pelo Estado devido à mineração, sendo inclusive o município brasileiro que mais recebe a CFEM, Parauapebas possui apenas o 11º melhor IDH do Pará (PNUD, 2000).

Tabela 6: Índice de desenvolvimento humano- IDH- 1970/1980/1990/2000 do município de Parauapebas.

IDH	Anos			
	1970	1980	1991	2000
IDH M	-	-	0,601	0,740
IDH M Longevidade	-	-	0,551	0,704
IDH M Educação	-	-	0,574	0,844
IDH M Renda	-	-	0,680	0,674

Fonte: SEPOF, 2007.

Tabela 7: Principais projetos minero-metalúrgicos instalados em 1996/99 no município de Parauapebas.

Ano	Projeto (início)	Empresa	Produto	Investimentos*	Empregados
1996	Carajás (1985)	Cia. Vale do Rio Doce S/A	Ferro/Manganês/Ouro	3.600	3.600
1997	Carajás (1985)	Cia. Vale do Rio Doce S/A	Ferro/Manganês/Ouro	3.600	3.600
1998	Carajás (1985)	Cia. Vale do Rio Doce S/A	Ferro/Manganês	3.600	3.000
1999	Carajás (1985)	Cia. Vale do Rio Doce S/A	Ferro/Manganês	3.600	3.000

Fonte: SEPOF, 2007.

*Previsão em 10⁶ U\$\$.

4.2 Mudanças no papel do Estado e suas repercussões na mineração no Pará

Em termos de conjuntura internacional, na década de 90 os preços das commodities minerais sofrem grande contração, provocada por um quadro de debilidade econômica nos Estados Unidos, pelo fim da União Soviética e pelo próprio esgotamento do padrão de acumulação fordista, que desde a década de 70 já apresentava sinais de debilidade. Devido a situação internacional para a mineração, no Pará as empresas do setor deram início a um processo de reestruturação produtiva, baseada no modelo organizacional japonês e que levou a demissão muitos trabalhadores diretos, e aumentando o número de trabalhadores terceirizados nas empresas sidero-metalúrgicas (TRINDADE, 2001, p. 100).

No Brasil com a eleição de Fernando Collor, e depois a de Fernando Henrique Cardoso, o papel do Estado é reformulado, ganham forças as medidas liberalizantes da economia. Nessa agenda era papel do Estado criar condições de tornar a economia nacional competitiva no mundo globalizado. Para isso medidas no sentido de reduzir as barreiras alfandegárias foram tomadas, redução dos impostos sobre exportações, o que ocorreu com a aprovação da Lei Kandir, que atingiu a mineração paraense voltada à exportação. Também atingiu a mineração a Emenda Constitucional n° 6, que passou a permitir a participação majoritária de capital estrangeiro em empresas de mineração no Brasil.

Em 1997, quando todos os “grandes projetos” já estavam concluídos, com apoio de investimentos do setor público, na onda da liberação econômica a Companhia Vale do Rio Doce foi privatizada¹². Depois de sua privatização, a Companhia, aproveitando a queda nos preços dos minérios começou um processo de aquisição de outras empresas que pretendiam sair do setor, comprando os seus principais concorrentes e realizando pesados investimentos em infra-estrutura e logística, pode-se dizer que a Companhia formou um monopólio privado no setor. As aquisições permitiram a Vale diversificar e ganhar escala, com os investimentos em logística a empresa pôde reduzir os custos para escoar sua produção, tornando seus produtos mais competitivos. (MEDINA; SOFIA, 2007).

Atualmente no estado do Pará, a Vale detém mais de 90% das concessões de exploração mineral, ela está presente nos principais empreendimentos sidero-metalúrgicos da região. Podemos listar a presença da Vale na CAEMI; na mina de bauxita de Paragominas; na ALUNORTE; na usina hidrometalúrgica de cobre, em Canaã dos Carajás; na Mina de Sossego; na Mina de Carajás, em Parauapebas; na Mina do Azul e na MRN, além da participação nos projetos do o Cobre 118; Projeto Salobo; Onça Puma; Níquel do Vermelho e Expansão do Sistema Norte.

... a partir da instalação das plantas de extração mineral de bauxita, hematita e dos poderosos interesses da Cia. Vale do Rio Doce, em associação com capitais nacionais e estrangeiros, o Pará tornou-se o segundo maior produtor mineral do país, o que provocou modificações sociais e econômicas, particularmente em áreas sub-regionais, com relativas interferências no comportamento da macro e microeconomia do Estado na região (TRINDADE, 2001 p. 90,).

¹² É importante destacar que aconteceu a privatização no setor mineral, mas que em contrapartida não foi criada sua respectiva agência reguladora, a entidade que realiza uma função equivalente de regulação do setor é o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Tabela 8: Investimentos previstos até 2011 para o Estado do Pará.

INVESTIMENTOS	GRUPO	OBJETIVO	LOCAL	US\$ 1.000	PRAZO
Nova refinaria	CVRD/ HYDRO	Refinaria de Alumínio	Barcarena	1.500.000	2007 a 2010
Projeto Salobo	CVRD	Mineração de Cobre	Marabá	855.000	2007 a 2010
P. 3º expansão	Alunorte	Beneficiamento Bauxita	Barcarena	846.000	2007 a 2011
Expansão EFC	CVRD	Transporte	Carajás	700.000	2007 a 2010
Proj. Juruti	ALCOA	Mineração Bauxita	Juruti	500.000	2007 a 2008
Proj. 118	CVRD	Mineração de Cobre	Canaã dos Carajás	232.000	2007 a 2009
Projeto PBP	CVRD	Mineração de Bauxita	Paragominas	200.000	2007 a 2008
Expansão Mina	CVRD	Mineração de Ferro	Carajás	180.000	2007 a 2010
Expansão	IMERYS	Caulim	Barcarena	150.000	2007 a 2009
Proj. Onça Puma	CVRD	Mineração de Níquel	Ourilândia	140.000	2007 a 2009
Proj. Ni. Vermelho	CVRD	Mineração de Níquel	Canaã dos Carajás	120.000	2007 a 2009
Expansão	MRN	Mineração de Bauxita	Oriximiná	100.000	2007 a 2008
Usina metalúrgica	CVRD	Prod. Placas de Cobre	Canaã dos Carajás	31.000	2007 a 2008
TOTAL				5.554.000	

Fonte: Criado pela autora com base nos dados do IBRAM, 2007.

4.3 Os resultados econômicos da mineração paraense

No Pará, as atividades mineradoras estão concentradas no eixo Carajás-Barcarena. Atualmente, a distribuição geográfica da indústria mineradora envolve 11 municípios paraense: Parauapebas (ferro e manganês), Barcarena (alumina, alumínio, cabos e vergalhões de alumínio), Oriximiná (bauxita), Ipixuna do Pará (caulim), Canaã dos Carajás (cobre), Breu Branco (silício metálico), Marabá (ferro-gusa e manganês), Capanema (calcário), Paragominas (bauxita), Itaituba (calcário) e Floresta do Araguaia (ferro). São previstos até 2011, mais quatro novos municípios, Juruti (bauxita), Ourilândia do Norte (níquel), São Félix do Xingu (níquel) e Curionópolis (cobre), elevando para 15 o número de municípios mineradores no Estado (IBRAM, 2008).

A produção paraense de alumina, alumínio, bauxita¹³, caulim e manganês representam mais da metade da toda a produção nacional desses bens, o que tem possibilitado aos municípios mineradores elevarem suas receitas. Segundo dados do DNPM, entre os dez maiores arrecadadores de CFEM no Brasil em 2007, três eram municípios paraense, com destaque para o primeiro lugar para Parauapebas, em 5º ficou Canaã dos Carajás e em 9º Oriximiná.

A receita *per capita* dos municípios mineradores do Pará está bem acima da média dos outros municípios paraenses. Em 2005, os cinco municípios com os maiores PIB *per capita* foram, Canaã dos Carajás R\$ 46.854; Barcarena R\$ 37.724; Parauapebas R\$ 29.114, Tucuruí R\$ 21.404; e Oriximiná R\$ 14.620. Eles estão muito acima da média do PIB *per capita* do Estado que foi de R\$ 5.617. Em relação aos 10 municípios com as maiores participações no PIB do Estado seis deles são de municípios onde existe atividade mineral: Barcarena (2º lugar), Parauapebas (3º), Marabá (5º), Tucuruí (6º), Oriximiná (8º) e Canaã dos Carajás (10º). (SEPOF, 2007, p. 25).

O aumento da receita ainda não se transformou em melhoria no bem-estar social no Estado do Pará. Conforme a Secretaria do Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF), os dados do PIB Municipal de 2005, os últimos divulgados pela instituição, mostram que 18 municípios foram responsáveis por 74,67% (R\$ 29.233.649 mil) da produção de toda riqueza gerada, e representaram 47,78% (3.330.546) habitantes da população do

¹³ As reservas medidas de ferro no Brasil situam o país em quinto lugar em relação as reservas mundiais. Entretanto considerando-se o teor de ferro encontrado no minério, ou seja, a sua qualidade, o Brasil assume posição de destaque, pois o minério encontrado na Serra dos Carajás- PA é composto por 60% de teor de ferro, em Itabirito-MG o teor de 50% de ferro. Em relação às reservas de bauxita, o Brasil possui a terceira maior reserva do mundo (DNPM).

Estado. Já os outros 125 municípios participaram com apenas 25,33% (R\$ 9.916.812 mil) do PIB correspondem a mais da metade da população, 52,22% (3.640.040) habitantes. O que podemos observar no Estado é um elevado grau de concentração produtiva e conseqüente concentração da riqueza.

Em 2007 a produção mineral paraense, atingiu R\$ 8,2 bilhões, um valor 7,2% maior ao de 2006. Devido à produção mineral os municípios que possuem essa atividade são beneficiados pela distribuição de CFEM e ICMS. Assim, em 2007 os municípios mineradores do Pará arrecadaram juntos R\$ 150 milhões de CFEM e R\$ 111 milhões de ICMS (DNPM, 2008). Apesar de anualmente os municípios baterem recorde de arrecadação, esses recursos ainda não se transformaram, de fato, em políticas sociais voltadas para o benefício de suas populações, nem estão contribuindo para criar atividades alternativas à mineração, que é uma atividade temporária, visto que utiliza um recurso finito.

...aquilo que poderia ser um fator de desenvolvimento regional e de valorização dos recursos minerais, pelo fato de que as atividades só podem ser desenvolvidas na área de ocorrência mineral, na maioria dos casos, essas atividades são dependentes de dinâmicas fora de seus estados e regiões. Residem nesta questão as maiores dificuldades da atividade mineral impulsionar processos de desenvolvimento de base local (LIMA; TEIXEIRA, 2006, p 14).

A tabela 9 mostra as perdas de arrecadação de ICMS, tomando como 100% o valor de 1995, a Lei Kandir entraria em vigor em 1996. “As perdas de arrecadação de seu principal imposto, o ICMS sobre os recursos extraídos dos solos, aumentaram a dependência do Pará e de seus municípios em relação à União.” (COELHO, 2000, p. 140).

Tabela 9- Contribuição do Grupo CVRD no Pará, antes e depois da Lei Kandir

Discriminação	1995 R\$	1996 R\$	1997 R\$	1998 R\$	1999 R\$
CVRD	60.945.905,61	37.860.030,60	410.452,13	45.335,37	6.156,10
MRN	14.084.015,11	6.679.174,68	1.849.943,06	3.334.338,78	1.975.031,11
ALBRÁS	14.084.016,38	19.526.289,18	115.907,58	481.616,74	608.201,11
Total	105.136.723,1	64.065.494,47	2.376.302,78	3.861.290,90	2.589.388,85
Percentual	100%	60,94%	2,26%	3,6%	2,4%

Fonte: COELHO, Maria Célia. Política e gestão ambiental (dês)integrada dos recursos minerais na Amazônia Oriental. . In: COELHO, Maria Célia; et al (Org.). Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 2000.

As críticas ao CFEM decorrem do fato de que esta contribuição deveria ser uma compensação financeira pelo uso de um bem que possui uma rigidez locacional de exploração, e que deveria impulsionar atividades alternativas à mineração pelo fato de ser um importante recurso não renovável, mas esta contribuição não o faz. A lei não delimita o uso dessa contribuição, sendo restrito apenas a sua utilização para o pagamento de dívidas do município e para o pagamento de pessoal.

As alíquotas de royalties existentes no Brasil, como compensação financeira pela exploração mineral, são as mais baixas entre os principais países exportadores de bens de origem mineral, o que, do ponto de vista analítico, deve-se mais a uma apropriação desigual do poder político no Brasil do que a uma restrição econômica. [...] tributação das atividades voltadas para a valorização de recursos minerais e das possibilidades de se usar essa compensação financeira para impulsionar processos de desenvolvimento local, tem grande relevância o fato de o ente público ser o responsável pelo estabelecimento e pela forma de efetivação da distribuição. (MONTEIRO, 2004, p. 182).

Tabela 10: Principais municípios arrecadadores de CFEM 2007 no Pará, e suas posições nacional.

Posição nacional arrecadação	Município Arrecadador	Valor		
		Operação	Recolhimento CFEM	%Recolhimento CFEM
1°	PARAUPEBAS	5.241.608.762,57	85.004.148,73	1,62%
5°	CANAÃ DOS CARAJÁS	1.355.908.637,82	23.596.451,23	1,74%
9°	ORIXIMINÁ	1.088.398.270,68	29.810.682,21	2,73%
22°	IPIXUNA DO PARÁ	263.874.922,96	5.056.995,68	1,91%
37°	PARAGOMINAS	99.258.288,11	2.137.100,25	2,15%

Fonte: Criado pela autora com base nos dados do DNPM sobre os maiores arrecadadores de CFEM 2007.

Tabela 11: Repasse de ICMS por ordem de arrecadação dos municípios do Pará em 2007.

Município arrecadador	Valor	% quota parte
1- Belém	155.346.835,6	20,33
2-Parauapebas	71.216.552,25	9,32
3-Barcarena	47.222.992,81	6,18
4-Marabá	41.721.284,90	5,46
5-Tucuruí	36.525.227,44	4,78

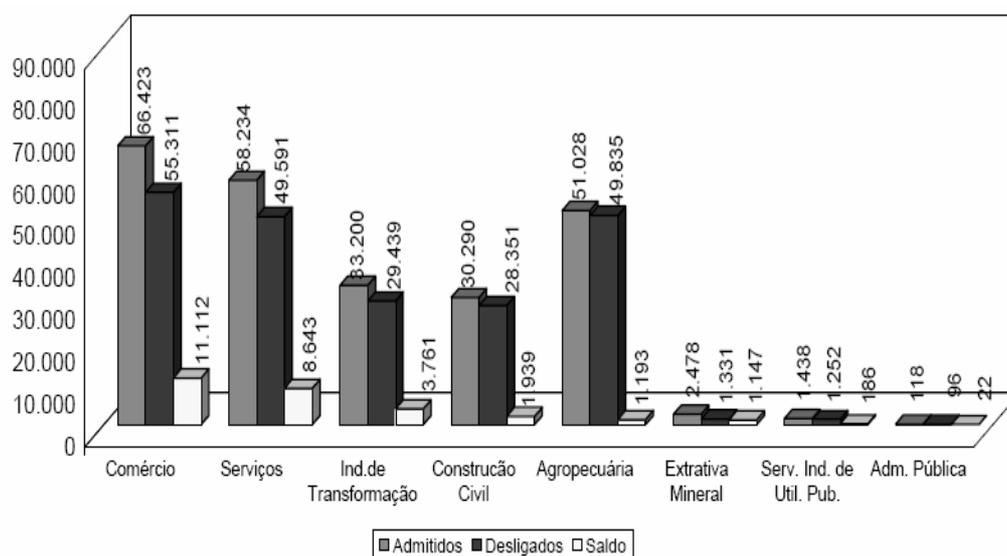
Fonte: SEFA-PA.

Tabela 12: Evolução do emprego formal 2001 a 2008 atividade extrativa mineral no Pará.

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (fev)
Admissão	348	258	594	1.140	1.563	2.754	2.478	441
Desligamento	280	222	308	682	767	908	1.331	191
Saldo	68	36	286	458	796	1.846	1.147	250

Fonte: Criado pela autora com base nos dados do SEPOF- PA.

Figura 5: Gráfico Desempenho do Emprego com Carteira Assinada por Setor de Atividade 2007 no Pará.



Fonte: Balanço geral do Estado 2007. SEFA- PA, p. 51, 2008.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise histórica do processo de ocupação econômica na região amazônica, nos permite notar a importante participação do Estado brasileiro em parceria ao grande capital privado no processo de inserção da economia da Amazônia na esfera de acumulação do centro-sul do país e do capital transnacional. Essa penetração intensificou-se com as duas crises do petróleo e o surgimento da necessidade de reestruturação produtiva global, que resultou em uma nova divisão internacional do trabalho. Com isso, percebemos que a integração da economia amazônica ao circuito produtivo nacional e internacional respeitou uma lógica de acumulação externa à região.

“Grandes Projetos” se desenvolveram na Amazônia, concentrando-se em sua parte oriental, principalmente no estado do Pará. Grandes obras de infra-estrutura, como a construção de usinas hidrelétricas, rodovias e a instalação de empresas do setor minero-metalúrgico ocorreram na região, concretizando assim, a união do capital estatal ao capital privado.

A entrada dos investimentos mineradores de porte e tecnologias com padrão internacional na região, que vivia em uma economia local tradicional, impôs a população “velocidades temporais” (OLIVEIRA *apud* TRINDADE, 2001, p. 91), que estão provocando transformações nas relações sociais, na mobilidade espacial, e gerando impactos ambientais. Isso é resultado do confronto de diferentes formas sociais de produção. A presença do Estado na forma de instituição burocrática ainda é muito débil na região, dessa maneira, o que se encontra no Pará é um jogo de forças em que as comunidades locais apresentam fragilidade perante o grande capital, enquanto as políticas estatais se mostram incapazes de equacionar os problemas da região. A falta de diálogo entre os agentes envolvidos, é resultado dos modelos de exploração instalados na região.

A maneira como a indústria mineral paraense se organizou visava atender o mercado externo. Por isso, até hoje está atrelada a uma dinâmica exógena à região, se mostrando incapaz de criar maiores vínculos com a economia local. O resultado dessa lógica produtiva é a baixa verticalização da produção e a baixa capacidade de criação de empregos, situação agravada pelo uso intenso de capital no setor minero-metalúrgico.

Podemos concluir de modo geral, que o desenvolvimento pensado em torno do setor minero-metalúrgico não criou um efeito multiplicador no estado do Pará, nem atraiu empresas e atividades agregadas que pudessem gerar mais emprego e promover melhorias nas

condições da população paraense. Pelo contrário, “a dimensão que o setor extrativo-exportador assume na totalidade da macroeconomia regional, constituindo, em última instância, um fator inibidor da formação de novos setores industriais”(TRINDADE, 2001, p. 90).

Problemas como, a dependência em relação às receitas oriundas da atividade mineradora também foram constatados pela pesquisa. Essa dependência cria uma situação de instabilidade, uma vez que a economia se baseia na exportação de commodities minerais. Assim, as flutuações nos preços podem atingir diretamente a economia regional, a exemplo da década de 90, em que a economia sofreu uma retração provocada pela queda nos preços das commodities minerais no mercado internacional.

A tributação que incide sobre a mineração também dá margem a questionamentos, uma vez que, o tributo sobre a atividade mineradora, a CFEM, não estabelece o modo como sua receita deve ser usada pelo município arrecadador. Ela só não permite seu uso para pagamento de dívidas do município e para a contratação de pessoal permanente. Dessa maneira, muitos municípios usam esses recursos de forma indevida ao invés de reinvesti-los. Outro problema da CFEM, é que ela só prevê a compensação para o município sede do empreendimento minerador, não constando nenhum tipo de indenização aos municípios vizinhos afetados pelas externalidades da mineração. Também existe o fato, de as taxas cobradas como compensação financeira pela exploração mineral no Brasil serem as menores comparadas a outros importantes países mineradores, como a Austrália.

Podemos concluir, que aquilo que deveria no mínimo, ser capazes de promover desenvolvimento econômico, por meio da criação de empregos e pagamentos de impostos ao Estado, tem se transformado na verdade em entrave para o surgimento de atividades alternativas de geração de renda, e nos moldes em que está organizada configurou-se em fonte de conflitos sócio-ambientais. Como a exploração mineral é transitória, visto que os recursos minerais são finitos e não renováveis, qualquer forma de exploração desses recursos deveria prevê a construção de alternativas tendo em vista o futuro, quando as minas já tiverem sido exauridas.

As políticas de desenvolvimento para a Amazônia, não podem ser regidas apenas pelos interesses econômicos nacionais ou internacionais, as políticas de desenvolvimento para a região devem ser pensadas para benefício dos amazônidas. Isso significa dizer, que muitas das decisões tomadas em termos de desenvolvimento regional devem seguir uma lógica diferente da do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBEX JÚNIOR, José. Terra sem povo, crime sem castigo. In: TORRES, Maurício (Org.) *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR*. Brasília: CNPQ, 2005, p. 21-66.

BECKER, Bertha. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégicas*- Revista do Ministério da Ciência e Tecnologia. N° 13, p. 135-159, set. 2001. ISSN 1413-9375.

Disponível em: <<http://ftp.mct.gov.br/CEE/revista/Parcerias12/09bertha.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2008.

BRASIL. Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Presidência da República. Ernesto Geisel Discursos. Brasília, 1975.

BRASIL. Programa Avança Brasil 2000-2003. Eixos da América do Sul impulsionarão desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.abrasil.gov.br/noticia.asp?id=63&cod=BUSCA>>. Acesso em: 20 abril 2008.

BRASIL. Plano Amazônia Sustentável. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/casacivil/arquivospdf/pas.pdf> >. Acesso em 10 jan. 2008.

BRASIL. Senado Federal. Disponível. Decreto n° 74.607 de 1974. <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=203996>>. Acesso em: 20 jan. 2008.

PRADO, Caio Jr. *História econômica do Brasil*. 31ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CASTRO, Edna; PINTON, Florence (org.). Faces do tóxico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997.

_____; MARÍN, Rosa Elizabeth A. Estado e poder local: dinâmica das transformações na Amazônia brasileira. *Pará Desenvolvimento: a face dos Grandes Projetos*. Belém: IDESP, 1986/1987, p.9-18.

COELHO, Maria Célia. Política e gestão ambiental (des)integrada dos recursos minerais na Amazônia Oriental. In: COELHO, Maria Célia; et al (Org.). Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 2000.

Departamento Nacional de Produção Mineral(Brasil). *Informe Mineral Regional-Amazônia*. Belém, 2006. Disponível em:<http://www.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=2100>. Acesso em: 05 fev. 2008

_____.(Brasil). *Informe Mineral Regional- Pará2008/2007*. Belém, 2008. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=68&IDPagina=1138>>. Acesso em: 08 maio 2008.

INCRA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Relatório de atividades do INCRA 30 anos. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/>. Acesso em: 11 maio, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM). Jornal Indústria da Mineração, Ano II, n. 7, abril 2007. Disponível em: < <http://www.ibram.org.br/sites/700/784/00000442.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2008.

Produção mineral paraense cresce 14%. *INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO* (IBRAM). Jornal Indústria da Mineração, Ano III, n. 15, abril 2008. Disponível em: < <http://www.ibram.org.br/sites/700/784/00001441.pdf>>. Acesso em: 28 abril 2008.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. *Estudos Avançados*. 16 (45), 2002, p. 37-61.

LIMA, Maria Helena Rocha; TEIXEIRA, Nilo da Silva. A contribuição da grande mineração às comunidades locais: uma perspectiva econômica e social. In: III Fórum de mineração- bens minerais e desenvolvimento sustentável, 2006, Recife. *Comunicação técnica*. Recife: UFPE. Disponível em: <<http://www.cetem.gov.br/publicacao/CTs/CT2006-041-00.pdf>> Acesso em: 12 fev. 2008.

LÔBO, Marco Aurélio A. *Estado e capital transnacional na Amazônia: o caso ALBRÁS-ALUNORTE*. Belém: UFPA/NAEA/PLADES, 1996.

LOURENÇO, Elaine. Epopéia Amazônica. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio do Janeiro, n.10, jul. 2006.

MENDES, Armando. *A invenção da Amazônia: alinhavos para uma história de futuro*. 3. ed. Ver. aumentada. Belém: Banco da Amazônia, 2006.

MONTEIRO, Maurílio de A; COELHO, Maria Célia N. As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA* 2004, jun. 2004, v. 7, n. 1.

_____. Amazônia: mineração, tributação e desenvolvimento regional. *Novos Cadernos NAEA*, dez. 2004, v. 7, n. 2, p. 159-186, ISSN 1516-6481.

_____. Mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. *Novos Cadernos NAEA* v. 8, n. 1, jun. 2005, p. 141-187.

_____ ; et al. Regiões do entorno dos projetos de extração e transformação mineral na Amazônia Oriental. *Novos Cadernos NAEA*, 2005, vol.19, n°.53, p.187-207. ISSN 0103-4014.

MINERAÇÃO RIO DO NORTE. Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras 2007. Disponível em: <http://www.mrn.com.br/index_1024.htm>. Acesso em: 22 maio 2008.

MARABÁ. PREFEITURA MUNICIPAL MARABÁ. Perfil do município de marabá. Disponível em: < <http://www.maraba.pa.gov.br/planejamento10.htm>> . Acesso em: 24 maio 2008.

OBSERVATÓRIO SOCIAL. Relatório geral. *A ICOMI no Amapá*. Florianópolis, 2003. Disponível em: <http://www.observatoriosocial.org.br/download/ReGeicomport.pdf> Acesso em: 14 maio 2008.

PNUD (ONU). Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. 2000. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/atlas/>>

FEARNSIDE, Philip M; LAURENCE, William F. O futuro da Amazônia: os impactos do Programa Avança Brasil. *Ciência Hoje*, maio 2002, p. 61-65.

SEFA (Pará) Balanço Geral do Estado 2007. Belém, 2008. Disponível em: <<http://www.sefa.pa.gov.br/site/tesouro/diconf/BALANCOS/Balanço%202007%20Internet%20-%20Novo/index.html>> Acesso em: 21 maio 2008.

SEPOF (Pará). Estatística municipal. Belém, 2008. Disponível em: <<http://www.sepof.pa.gov.br/municipio.html>>. Acesso em: 05 maio 2008.

_____. Produto interno bruto dos municípios do estado do Pará -2005. Belém, 2008. Disponível em: <http://www.sepof.pa.gov.br/pdf/PIB_Municipal_2005.pdf>. Acesso em: 07 maio 2008.

SISTEMA DE PROTEÇÃO AMAZÔNIA(Brasil). Legislação sobre a criação da Amazônia Legal. Disponível em: <<http://www.sipam.gov.br>> Acesso em: 02 maio 2008.

SOFIA, Julianna; MEDINA, Humberto. Vale do rio Doce criou monopólio privado no setor. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 03 out. 2007. Folha Dinheiro. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u333468.shtml>>. Acesso em: 25 abril 2008.

TORRES, Maurício. Fronteira: um eco sem fim. In: TORRES, Maurício (Org.) *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR- 163*. Brasília: CNPQ, 2005.

THÉRY, Hervé. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. *Estudos Avançados* 19 (53), 2005, p.37-49.

TRINDADE, José Raimundo B. *A metamorfose do trabalho na Amazônia: para além da Mineração Rio do Norte*. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

ANEXO A

O aumento de 65% do minério de ferro recentemente acordado entre produtores brasileiros com siderúrgicas do Japão e da Coréia do Sul, indica a dimensão da mensagem que está em si embutida: a força motriz da economia global deverá continuar girando forte, ainda que com a uma rotação um pouco menor que a dos últimos anos. Soma-se a este contexto, que o minério oriundo de Carajás, mais rico que o minério do chamado Sistema Sul (Minas Gerais), terá um aumento ainda maior, 71%.

Os primeiros estudos estimativos divulgados pela grande imprensa indicam que como resultado, as exportações brasileiras devem aumentar pelo menos cerca de US\$ 10 bilhões em relação ao minério exportado em 2007. Essas estimativas já seriam praticamente suficientes para trazer de volta o superávit da balança comercial ao patamar de US\$ 40 bilhões, que vinha decaindo pelo aumento das importações. É uma receita extra capaz de por abaixo todos os estudos com cenário depressivos.

As primeiras estimativas apontavam para um superávit por volta de US\$ 20 a 25 bilhões este ano. Como as commodities em geral indicam que vão continuar demandadas em grande intensidade, sejam os minérios como os produtos agrícolas, sem arrefecimento pelos principais importadores do Brasil na Europa e, principalmente na Ásia, mais uma vez o sentimento negativista de alguns analistas, e não só os brasileiros, por pouco não derruba as expectativas positivas. Tal conduta pessimista poderia ter colocado o país como um mero expectador da crise do subprime dos Estados Unidos.

As análises têm muito menos fundamento do que sugerem os laudos de suposta inteligência econômica lançados no mercado. Pouquíssimos foram os analistas que há meses vinham na contramão da tese da recessão das matérias-primas. Existe também a possibilidade de que a economia americana, em vez da cruel recessão preconizada por alguns analistas, entre em um ciclo de desaceleração forte, mas sem rupturas não se exclui a hipótese de uma variante da tese do descolamento do eixo das economias emergentes em relação aos EUA, vir lhe fazer dupla: a da economia real americana em relação ao circuito financeiro.

Em síntese, o sinal que é dado pelo reajuste do minério de ferro indica, sem dúvidas, com as previsões de exportação para atender as demandas do setor siderúrgico e da construção civil, que ainda haverá fôlego na economia internacional antes que o mundo venha a vivenciar um processo de recessão global (DNPM, 2008).

ANEXO B

Discurso na SUDAM, durante visita ao Pará, em 27 de setembro de 1974.

Meus Senhores:

Agradeço-lhes a acolhida com que me distinguem nesta primeira visita que, na qualidade de Presidente da República, faço à Amazônia.

Na manhã de hoje tive a oportunidade de conhecer parte de Marajó, tradicional pelas atividades pecuárias, onde vi a exposição de gado e usufruí a sua generosa hospitalidade.

Nesta sessão do conselho Deliberativo da SUDAM, acabo de ouvir a exposição do Senhor Superintendente, Dr. Hugo de Almeida sobre a situação geral da área, sobre as atividades presentes deste Órgão e sobre os projetos e perspectivas de realização para o desenvolvimento da Amazônia. Sou grato pelas informações que assim foram prestadas e que, sem dúvida, me serão muito úteis e expressei minha satisfação ao verificar a dedicação ao trabalho e o ânimo empreendedor e entusiástico que aqui dominam.

Senhores

O esforço progressivo e concentrado, empreendido com vistas à ocupação racional e produtiva da Amazônia, notadamente após a Revolução de 1964, e que culminou com a aprovação do Programa de Integração Nacional, através do Decreto –lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, prosperou e frutificou em extraordinárias realizações.

A implantação de eixos de penetração rodoviária, o aumento da oferta de energia, a inauguração de sistema de telecomunicações interligado a região e o resto do país, a política de revitalização da navegação fluvial, a pesquisa de recursos naturais através de sensoriamento remoto, as experiências de colonização oficial, a execução de numerosos projetos agropecuários e industriais pela atividade empresarial, beneficiária do sistema de incentivos fiscais- transmudaram a fisionomia da Amazônia, do valioso potencial de minerais estratégicos, da floresta exuberante e rica, da variedade dos solos, dos rios navegáveis e dos que e dos que permitem amplo aproveitamento energético, resultou da decisão do Governo e do esforço patriótico de brasileiros que para aqui vieram trabalhar, em conjunto com os brasileiros da Amazônia, irmanados todos no objetivo supremo de conquistar, com finalidade econômica e de integração nacional, três quintas partes do território brasileiro- aproximadamente 4,9 milhões de km².

É chegado, agora o momento de nova etapa de trabalho, profunda e vigorosa, nessa estratégia de ocupação da Amazônia, com o objetivo de aproveitar-lhe a vasta potencialidade que oferece à nação brasileira.

Os grandes eixos viários de penetração orientando fluxos naturais da população, bem como os levantamentos e pesquisas de recursos naturais, levaram naturalmente à identificação dos principais pólos de desenvolvimento da Amazônia onde o Governo Federal, em conjunto com os Governos Estaduais e do Territórios, concentrará sua ação, facultando a efetiva execução de grandes projetos no campo da mineração, com a participação de recursos governamentais e de capitais privados, inclusive os externos que com o Brasil se disponham a colaborar, preservados os princípios básicos que asseguram o superior interesse nacional.

Ao mesmo tempo, os referidos pólos permitirão alcançar o máximo de benefícios das atividades empresariais nos setores da pecuária, da agricultura, da exploração florestal, fonte preciosa para aproveitamento econômico de madeiras e fabricação de papel, levados em conta, necessariamente, os princípios básicos da preservação ecológica, da renovação da flora, da defesa e proteção do meio ambiente.

Os rios caudalosos, formadores da vasta rede hidrográfica do mais extenso sistema fluvial do planeta, constituem valiosa fonte de energia hidrelétrica, a ser em breve utilizada como apoio ao desenvolvimento de grandes projetos industriais e como reforço ao atendimento de áreas urbanas.

Formam, ainda, os rios, sistema natural de transporte, para o que serão ativados os estudos técnicos visando a seu aproveitamento, limpeza e desobstrução permanentes, construção e melhoria de portos fluviais e modernização das empresas de navegação.

Recursos financeiros estimados, apenas para o período de 1975 a 1979, em 4 bilhões de cruzeiros destacados do PIN, PROTERRA, e outros fundos e decidido apoio técnico como a do Programa de Trópicos Úmidos, por exemplo, serão concentrados em quinze pólos selecionados à base de criteriosos padrões de prioridade, com fundamento na localização de minerais estratégicos ou no mais apropriado aproveitamento agrícola e florestal.

Aproveitar-se-á, de maneira intensa, o estanho de Rondônia, o alumínio de Trombetas, o ferro da região de Carajás; desenvolver-se-ão, entre outros, projetos racionais de pecuária e florestal em Roraima, na região do Juruá-Solimões, no Estado do Acre, nas áreas do Xingu-Araguaia e do Juruena, e em Marajó.

Serão executados grandes projetos hidrelétricos no Araguaia-Tocantins, destinados a apoiar importantes projetos industriais.

Dar-se-á prosseguimento, em base racionais, à colonização oficial em Altamira e no Tapajós e estimular-se-á o capital privado para empreendimentos de maior escala, no desenvolvimento da pecuária, na exploração florestal e agrícola e na própria colonização, sob controle dos órgãos técnicos competentes.

O Governo Federal, na linha de ação do programa POLAMAZÔNIA, contemplará, nas áreas selecionadas, as obras de infra-estrutura indispensáveis, prosseguirá no esforço de pesquisa e investigação e já vem dando início a projetos da mais alta prioridade, como o do ferro, em Carajás, e do alumínio, em Trombetas.

Dar-se-á, ao mesmo tempo, máxima prioridade aos trabalhos de regularização fundiária a fim de proporcionar bases sólidas ao desenvolvimento agrícola e industrial.

O aproveitamento do imenso potencial da Amazônia exigirá redobrado esforço na nova etapa que se inicia com este Programa.

Esforço coordenado de todos os Ministérios e dos Governos Estaduais, reunidos em torno da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia- SUDAM, do Ministério do Interior e da Secretaria de planejamento da Presidência da República que lhes assegurarão integral apoio; intensa participação da iniciativa privada principalmente do sul do país e o esforço voluntário do povo da Amazônia, constituído por brasileiros de todos os pontos do território pátrio e conjugando programas a cargo tanto de empresas agrícolas de variado porte como de empresas de colonização -somar-se-ão para tal fim.

O desdobramento do POLAMAZÔNIA levará em conta, sempre, o objetivo maior do desenvolvimento econômico que é o da elevação dos níveis de vida do povo, da melhoria das condições de bem-estar, do aprimoramento do sistema educacional e da execução de programas essenciais de saúde pública.

No mundo moderno, angustiado por profundas questões políticas e econômicas, o Brasil, apesar de manter-se vigilante e cômico da gravidade do quadro internacional que afeta a todas as nações, não adota posição do imobilismo mas, sim, busca confiante novas fontes de prosperidade- como é este exemplo da ocupação racional e decidida dos principais pólos da Amazônia.